

O GRAU DE PROEMINÊNCIA DA MAIOR CIDADE NOS DIFERENTES PAÍSES: EVOLUÇÃO DO FENÔMENO A PARTIR DA DÉCADA DE SETENTA

Juergen Richard LANGENBUCH¹

Resumo

Em 1981, o autor publicou o artigo *O encabeçamento das armaduras nacionais: uma revisão*, no qual examinou o grau de proeminência da maior cidade (ou aglomeração urbana) de todos os países cujos dados informativos o possibilitaram, efetuando a análise inclusive em termos evolutivos, sempre que esses recursos estatísticos o tornassem viável, chegando-se, na ocasião, até o ano de 1970. O presente artigo se propõe a retomar o exame, focalizando o período que vai daquele ano ao de 2010, procurando avaliar a manutenção ou não das tendências evolutivas então percebidas. Já no estudo anterior constatou-se a ocorrência de uma ampliação gradativa no número de países com grande destaque dimensional da maior cidade (ou aglomeração urbana) ao longo do tempo, propensão que, conforme resultados da pesquisa atual, continuou nas décadas recentes. Segundo índice e critério classificatório elaborado pelo autor, o número de casos com a comentada proeminência chegou a cerca de dois terços das redes urbanas, contra cerca de apenas metade em 1970.

Palavras-chave: Encabeçamento de sistemas urbanos. Lei da cidade primaz. Regra ordem-tamanho.

Abstract

The primacy of the largest city in the various countries: Evolution of the phenomenon since the seventies

In 1981 the author published the article *The heading of the national urban systems: a revision*, analyzing the degree of prominence of the largest city (or urban agglomeration) in all countries whose data made it possible. The analysis was also conducted in time scale, when allowed by the available information, arriving in that study till 1970. In the present article the question is taken again, focusing the period from that year until 2010, in order to appreciate the continuity or not of the evolutive tendencies then perceived. Already in the previous paper it was found out that the number of countries with an outstanding dimensional position of the largest city (or urban agglomeration) grew during the time, a propensity that, according to the present research, was maintained in the recent decades. By an index and classification criterion created by the author, the number of cases with the mentioned primacy arose from about one half of the urban systems, in 1970, to about two thirds in recent years..

Key words: Heading of urban systems. Law of the primate city. Rank-size rule.

¹ Geógrafo e Bacharel em Direito – Ex-professor titular – Ex-professor titular do Departamento de Geografia – IGCE da UNESP (Rio Claro) – E-mail: jurlang@terra.com.br

COLOCAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS

Em 1981 publicamos o artigo *O encabeçamento das armaduras urbanas nacionais* (LANGENBUCH, 1981), no qual examinamos a posição dimensional da maior cidade dos diferentes países com relação às demais nele localizadas. A questão foi estudada inclusive na dimensão tempo, a fim de avaliar a evolução do fenômeno. Para alguns países foi possível começar a análise no ano 1.000, mas em maior número a partir de anos mais recentes. Houve também países para os quais os dados disponíveis permitiram apenas o exame referente ao ano de 1970 ou a algum próximo, fase final considerada naquele artigo. O presente escrito pretende verificar como os diferentes casos evoluíram desde então, atingindo 2010 ou algum ano um pouco anterior ou posterior. Serão analisados inclusive países que por falta de dados não puderam ser analisados então e aqueles surgidos durante esse período, geralmente como resultado da subdivisão de países maiores anteriormente existentes.

O arcabouço teórico que deu suporte ao primeiro estudo referido e ao atual é dado sobretudo por duas sustentações bastante antagônicas: a de Jefferson, publicada em 1939, *The law of the primate city* (A lei da cidade primaz) e a de Zipf, de 1941, *National unity and disunity* (Unidade e desunidade nacional).

A teoria de Jefferson é de caráter indutivo. Enfocando os países que considera "líderes do mundo" (tabulando 45 como tais), o autor constatou que em 28 deles a população da maior cidade é ao menos duas vezes maior que a segunda em tamanho, sendo que em 18 países (incluídos naqueles 28), a vantagem supera o triplo. Jefferson vê no fato exposto "uma constância de repetições que dá a essa relação o *status* de lei" (1939, p. 227). Ele a enuncia assim: "A cidade líder de um país é sempre desproporcionalmente grande e excepcionalmente expressiva da capacidade e do sentimento nacionais" (1939, p. 231, grifo do autor). Jefferson intitula essa cidade líder de "primate city" (cidade primaz), utilizando o termo derivado de "primacy" (primazia) para designar a proeminência dela sobre as demais do respectivo país. Tomando os 28 países acima referidos e dando o valor 100 para cada uma das cidades primazes, ele obteve o valor médio de 30 para a segunda cidade e de 20 para a terceira. (Adotamos os termos *primaz* e *primazia* por ser a tradução nominalmente mais próxima aos termos originais em inglês, mas hoje achamos que *proeminente* e *proeminência* caem melhor em português, o que motivou seu emprego no título deste escrito. Não obstante utilizaremos ainda aqueles termos originais, para casar o texto atual com o anterior.)

Já segundo Zipf (1941), a distribuição dimensional das cidades de um país ocorre sem um hiato tão pronunciado entre a maior cidade e as demais, mas de acordo com um decréscimo gradual, com a segunda grosso modo contando com metade da população da maior, a terceira um terço, a quarta um quarto e assim por diante. Esse autor, logo se vê, ocupa-se com todas as cidades e não apenas com as três primeiras, como Jefferson. Também fica patente que a situação limítrofe enunciada por Jefferson, de que a segunda cidade em tamanho é *pelo menos duas vezes maior* que a segunda, bate com o considerado normal por Zipf.

Zipf, filólogo de formação, analisa a questão através de robusto estudo com mais de 400 páginas, adotando o pensamento que em trabalho anterior aplicara ao exame da frequência no emprego das diferentes palavras de uma língua (1932). Com raciocínio misturando aparentemente determinismo natural, biológico, cultural e econômico, expôs a referida regra "ordem-tamanho". Consoante seu raciocínio, se a regra se aplicasse à perfeição, ela se afiguraria como linha reta em ângulo de 45 graus, com relação à linha base horizontal e à vertical, num gráfico bilogarítmico, recurso visual que o autor emprega em suas análises ao longo do trabalho. Examinando o fenômeno de modo aritmético, numa distribuição perfeita, a população de

dada cidade multiplicada por sua posição na escala decrescente daria a população da maior. É claro que numa situação concreta isso não ocorre, como o próprio Zipf mostra com relação ao primeiro caso concreto que examina, o das 50 maiores cidades dos Estados Unidos em 1930. Nesse ano, a maior cidade, Nova York contava com 6.930.446 habitantes e, naquele cálculo, a população da 6ª maior, multiplicada por 6 dava 5.402.574 e a 37ª - 9.360.297, representando os maiores desvios (obra citada, p. 9). No gráfico, no entanto, se nota como os calombos provocados pelos mesmos não alteram muito o desenho geral do traço inclinado no citado gráfico. Zipf faz a análise também ao longo de séries históricas. No caso dos Estados Unidos a partir de 1790, mostrando como a citada linha foi se tornando mais próxima de retilínea ao longo do tempo (1941, p. 44). Examinando também outros países, ele procura relacionar tal fato a uma evolução madura, atingindo o ideal, acabado, em termos de arranjo espacial. Seu estudo enfoca inclusive o aparente desarranjo no esquema provocado por desagregação de países, a exemplo do antigo Império Austro-Húngaro, e a eventual complementaridade entre a Europa e suas colônias resultando num escalonamento dimensional mais regular das cidades.

De concreto, há a salientar que Zipf começou seu enfoque com os Estados Unidos, passando logo a seguir ao Canadá, que caem numa categoria dimensional de países muito extensos, que nunca se ajustam à *lei da cidade primaz* de Jefferson, conforme se verá ao longo deste texto.

Em nosso estudo anterior, passando em revista o maior número possível de países, enfocando sempre as três maiores cidades de cada um, constatamos que muitos se ajustam melhor ao padrão da lei da cidade primaz, outros à regra ordem-tamanho, mas há também um significativo número de casos em que a segunda, às vezes também a terceira em dimensão, estão muito próximas à maior. Esse tipo de encabeçamento não é apontado como sendo o "normal" por nenhuma teoria, mas sua ocorrência não passou despercebida de estudiosos do assunto, tais como Berry e Horton (1970, p. 73) e Haggett (1972, p. 281-285). Este autor dá a esse tipo de encabeçamento o nome de *padrão binário etc.* ("binary etc. pattern"), com o "etc." englobando "trinary, quaternary, quinary, and so on", dependendo do número de cidades na cabeça do sistema. Preferimos generalizá-lo como *encabeçamento policéfalo*, que completa, então, a classificação, juntando-se ao *encabeçamento primaz* e ao *encabeçamento lognormal*, ajustados respectivamente ao padrão sustentado pelas duas teorias.

METODOLOGIA DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS

Para analisar e classificar os diferentes países nas três categorias expostas, tomamos as três maiores cidades de cada um, seguindo portanto o critério adotado por Jefferson em suas listagens. Visando uma classificação numérica, propusemos o conceito de *índice de primazia*, segundo a seguinte fórmula: $IP = 300 - 2p_2 - p_3$, na qual $IP =$ índice de primazia; p_1, p_2 e $p_3 =$ primeira, segunda e terceira cidade (ou área metropolitana) em números de habitantes, previamente convertidos às respectivas razões numéricas com a primeira cidade = 100. Assim, por exemplo, a Sérvia em 2011, tomando a cifra total para mil habitantes, teríamos: Belgrado - 1.167 (100); Novi Sad - 232 (20); Nis - 183 (16), dando o seguinte cálculo: $IP = 300 - (2 \times 20) - 16 = 244$.

Para dividir os índices em categorias, tomamos como ponto de partida a classe intermediária entre os extremos, ou seja a regra ordem tamanho, de Zipf, que propõe

a seguinte ordem de grandeza teoricamente ideal para as três maiores cidades: 100:50;33,3, o que resulta em $IP = 166,7$. Considerando essa razão e o índice decorrente como mediano nessa categoria e julgando de bom alvitre dividir o espectro total possível em três faixas iguais, formulando os seguintes parâmetros limítrofes para a categoria em questão: inferior - 100:33.3:22,2, resultando em $IP = 211,2$ e superior - 100:66,7:44,4, dando $IP = 122,2$. Assim podemos formular os valores limítrofes para as três categorias de encabeçamento:

- encabeçamento primaz: IP entre 300 e 212;
- encabeçamento lognormal (=rank-size, =ordem-tamanho): IP entre 211 e 123;
- encabeçamento policéfalo: IP entre 122 e 0.

As cifras resultantes oscilam, logo se vê, entre 300, que corresponderia a uma cidade-estado, como Mônaco e Cingapura (tipos de país não considerados neste estudo) e 0 a algum estado hipotético no qual as três maiores cidades fossem iguais.

Como ficou patente, o índice proposto considera não somente a primeira e a segunda cidade, mas também a terceira (embora com peso menor), que também pode contribuir, conforme o caso como contrapeso ao domínio da maior sobre o sistema urbano ou, ao contrário, contribuir a exacerbá-lo.

À semelhança de proposições congêneres, a classificação em categorias delimitadas entre si por índices numéricos precisos apresenta a vantagem de eliminar completamente eventual subjetivismo do autor, mas, é claro, traz o inevitável inconveniente de separar casos semelhantes, um pouco acima e um pouco abaixo de um dos limites, colocando-os em duas categorias diferentes, enquanto casos bastante divergentes, um(uns) próximo(s) ao limite superior e outro(s) ao limite inferior de uma mesma categoria ficam nela classificados. Esse viés fica reduzido em análises mais genéricas e anulado em apreciações da evolução de determinado caso através da subida ou descida dos índices, um dos enfoques que será empreendido no presente estudo.

Para efetuar a análise dos casos concretos surgiu já em nosso estudo anterior (LANGENBUCH, 1981) o dilema entre considerar a cidade em seus limites administrativos ou acrescida das porções que resultaram de seu extravasamento ou absorções de núcleos menores em sua contiguidade, conjunto ao qual se dá o nome de *aglomeração urbana, área metropolitana, região metropolitana* e outros mais. Os estudiosos de questões como a que ora nos ocupa são quase unânimes em considerar essa unidade territorial mais abrangente, atitude que também adotamos aqui. É necessário desde já distingui-la com relação ao fenômeno *conurbação*, que se origina da fusão ou proximidade muito grande de cidades originadas e desenvolvidas até certa época de forma independente, sem resultar numa energia polarizadora conjunta. Um caso muito expressivo é a região do Ruhr, na Alemanha, originada da fusão (ou quase) de numerosas cidades mineiras e industriais que, se consideradas como um aglomerado único seria o maior do país, superando em muito Berlim. Em tais casos, consideramos as cidades componentes isoladamente. Há situações em que os dois núcleos acabam por se fundir de modo muito acentuado, a ponto de formarem um só, como foi o caso de Buda e Pest, que se tornaram a atual Budapeste, não restando nenhuma dúvida em considerá-la como uma só cidade. Voltando às aglomerações urbanas, nem sempre elas são formuladas e delimitadas por algum órgão oficial, caso em que nos apoiamos em algum estudo específico, quando existente, ou procuramos defini-las através de análises cartográficas ou de outra natureza. Como esse problema se afigurou mais relevante nos períodos objetos do presente estudo, retornaremos à questão adiante.

No decorrer do período abrangido em nosso estudo anterior ocorreram muitas alterações de limites, criação e extinção de países, mas optamos, então, por considerar sempre a situação vigente no último período analisado, o que inclusive permite avaliar como as modificações territoriais afetam determinado conjunto de cidades. No período mais moderno, ora em exame, tais modificações foram bem mais raras, mas quando ocorrentes procedemos da mesma maneira..

AS AVALIAÇÕES ATÉ O PERÍODO EM TORNO DE 1970

No estudo anterior (LANGENBUCH, 1981), 130 países puderam ser avaliados através da fórmula exposta, sendo que 26 deles apenas com relação a 1970 ou ano próximo, enquanto para os demais pôde ser efetuada análise evolutiva, iniciando pelo menos por volta de 1950. Dos 67 países que puderam ser analisados, através de quatro períodos de aproximadamente 25 anos, obteve-se o seguinte resultado global: em 1900, 28,4% deles tinham encabeçamento primaz, que evoluíram a 53,7% em 1970; os de encabeçamento lognormal passaram de 41,8% a 32,8% no mesmo período e os de encabeçamento policéfalo, de 29,9% a 13,4%. Obtivemos cifras parecidas para as comparações incluindo países que apenas puderam ser analisados a partir de anos menos distantes. Concentrando a atenção nos de encabeçamento primaz, temos que dos 88 comparáveis a partir de 1925 (incluindo os acima expostos) 35,2% se enquadravam inicialmente na categoria, mas passaram a 51,1% em 1970. Dentre os 104 comparáveis a partir de 1950 (idem), o índice era de 44,2%, evoluindo a 50,0% em 1970. Incluindo os países passíveis de cômputo apenas nesse ano, totalizando os referidos 130, temos que 49,2% eram de encabeçamento primaz, 37,7% lognormal e 13,1% policéfalo.

Examinando a evolução do tipo de encabeçamento país por país em cada período, temos o seguinte resultado sintético: 50,0% dos países que no início do período tinham encabeçamento policéfalo, 50,0% permaneceram na categoria, 40,9% "subiram" à categoria *lognormal*, e 9,1% diretamente à primaz. Dos que iniciaram o período na categoria *lognormal*, 58,8% permaneceram, 14,4% "desceram" à *policéfalo* e 26,8% "subiram" à *primaz*. Dos países que já eram de encabeçamento primaz, nada menos que 89,6% permaneceram na categoria, sendo que os 10,4% restantes "caíram" ao encabeçamento lognormal e nenhum diretamente ao policéfalo. Logo se vê que o encabeçamento primaz representa a forma mais estável, ocorrendo a reversão em poucos casos, havendo também uma tendência de países com outro tipo de encabeçamento urbano evoluírem em sua direção. Em outras palavras: a maior cidade tende a ser cada vez mais proeminente em termos dimensionais e dificilmente perde essa posição destacada.

Jefferson examina os fatores da ocorrência tão acentuada do encabeçamento primaz através de considerações genéricas e a apreciação de vários casos específicos. A partir delas propusemos a sintetização dos fatores (ou causas) da seguinte forma:

- Fator I - *Maior centro de serviços e mercado de consumo*: a maior cidade é a única do país em que são encontrados e em que há mercado para o oferecimento de bens e serviços da maior variedade e da melhor qualidade;
- Fator II - *Maior mercado de trabalho e de mão de obra*: a maior cidade é o local do país que propicia a maior quantidade e variedade de empregos, assegurando ainda os melhores salários. Em sentido recíproco, é o lugar em que a mão de obra qualificada é mais farta e variada:

- Fator III – *Busca de status*: em razão de seu tamanho e outras características, surge certo mito em torno da grande cidade, fator psicológico de considerável repercussão sobre pessoas desejosas de ascensão social;
- Fator IV – *Imigração*: devido a seus diversos atrativos, a grande cidade provoca o afluxo de imigrantes procedentes de toda a parte do país;
- Fator V – *Aceleração endógena do crescimento*: uma vez adquirida certa proeminência, a maior cidade encontra condições em si mesma para se projetar cada vez mais, ampliando sua hegemonia;
- Fator VI – Símbolo da união nacional: atraindo pessoas de todo o país, a maior cidade tende a ser vista pela nação como a cidade representativa de toda a nacionalidade, como seu ponto de encontro;
- Fator VII – Capital político-administrativa: a centralização da função político-administrativa na capital faz com que essa cidade atraia pessoas de todo o país. Vale acrescer que Jefferson apenas insinua esse fator, pois em várias passagens refere-se à cidade primaz como sendo a capital; talvez assim proceda devido à grande correlação que existe entre os dois fenômenos, conforme é facilmente constatável através do arrolamento dos diferentes países.

Considerando a propensão preponderante por um encabeçamento primaz dos sistemas urbanos nacionais, no estudo pretérito, focando a situação até 1970 ou ano próximo, procuramos distinguir as possíveis causas de outras formas de encabeçamento (lognormal ou policéfalo), passando em revista os diferentes países examinados. Levantamos as seguintes, em termos genéricos:

- a) Países que evoluem rumo à primazia, ainda não atingida (previsão baseada na progressão dos índices de primazia, cuja subida parece indicar a tendência);
- b) Países multinacionais, formados por grupos humanos de nacionalidade étnica diferente (como, por exemplo, os flamengos e valões na Bélgica), ocupando partes diferentes do território, podendo cada grupo nacional se sentir mais atraído a uma de “suas” cidades, desprezando a maior de outro grupo;
- c) Países com regime federativo, nos quais as unidades administrativas do nível mais elevado (“estados” no Brasil, “províncias” na Argentina, “cantões” na Suíça etc.) têm elevado índice de autonomia administrativa, com uma atração bastante forte podendo ser exercida por alguma(s) das respectivas capitais, contrabalançando, até certo ponto, a da capital federal;
- d) Situações dimensionais muito volumosas, traduzível pelas seguintes situações: **d1** - Países muito extensos, em que o deslocamento até uma só grande cidade no amplo território nacional seria demasiadamente longo para as pessoas e o exercício de muitas relações funcionais; **d2** - países muito populosos, em que o grande número de habitantes pode ensejar a formação de mais de um polo de funções econômicas de nível mais elevado no país. Outrossim, a convergência de todos os fluxos de pessoas, bens e serviços desse nível superior poderia produzir uma cidade exageradamente grande, com as chamadas “deseconomias de aglomeração” agindo muito fortemente. Imagine-se uma eventual cidade primaz na China, invocando o caso extremo; **d2'** - países relativamente populosos (mas nem tanto), porém com nível econômico muito elevado, em que multiplicando a população por algum indicador dessa situação, chega-se a resultados de relações funcionais parecidos aos de população mais elevada.
- e) Desenvolvimento de nova região geoeconômica, externa à parte mais tradicional, de povoamento mais antigo, onde se acha a cidade mais populosa, que passa a sentir a concorrência de uma situada naquela região, que pode chegar a ultrapassá-la;

- f) Cidades portuárias ex-coloniais competindo com outras cidades ou entre si;
- g) Cidades especializadas voltadas sobretudo ao mercado estrangeiro podem contribuir para que o respectivo sistema urbano nacional não seja primaz;
- h) Países industrializados em que, por alguma razão, a capital não tenha se industrializado, ocorrendo isso de modo marcante com outra cidade, que passa a funcionar como contrapeso àquela.
- i) Transferência da capital, fazendo com que a atração exercida pela antiga diminua, em proveito da nova ou de outras cidades, que também em termos de funções não político-administrativas agora passem a ser mais interessantes;
- j) Peculiaridades outras, da evolução ou da estrutura social, econômica e política.

Na listagem apresentada adiante, essas possíveis causas de um encabeçamento não primaz dos respectivos sistemas urbanos será apontada na linha em que, para cada país, sumarizaremos os resultados obtidos para o período entre 1900 e 1970 (ou anos próximos). Para a causa alinhavada sob **d2'** serão apontados somente os casos mais significativos.

É necessário esclarecer que tudo o que foi visto até aqui foi examinado de modo muito mais aprofundado em nosso artigo anterior (1981), esmiuçando mais a parte teórica, citando o posicionamento de maior número de autores, listando país por país e examinando com certa profundidade grande número de casos concretos. Sendo inviável reproduzir aquele texto aqui, nos ativemos à versão ultra-resumida ora apresentada, na qual procuramos expor o necessário para a compreensão da análise a ser feita com relação ao período iniciando por volta de 1970.

LEVANTAMENTO DOS DADOS PARA O EXAME DO PERÍODO DE 1970 PARA CÁ

Procuramos efetuar esse exame balizado por três anos básicos: 1970 (aproveitando sempre que possível os resultados do estudo anterior), 1990 e 2010, esses precisando ser apurados. Assim, a análise estática contará com três momentos e a evolutiva com dois períodos. Em havendo a impossibilidade de obter dados para os citados anos "redondos", eles serão substituídos por algum ano próximo, de preferência não anterior nem posterior a cinco. Como foi feito com relação ao período anterior, serão consideradas as três maiores cidades (eventualmente aglomeração metropolitana) de cada país. Dadas suas características muito específicas, excluimos os países muito pequenos, com menos de 2.500 quilômetros quadrados, e, é claro, as cidades-estado, em que a questão nem se coloca.

Para a obtenção dos dados de população das diferentes cidades, os problemas não são poucos. O ideal é claro, são aqueles obtidos através de censos demográficos. No entanto, muitos países não os realizam, outros o fazem, mas a intervalos irregulares, havendo ainda numerosos casos em que os resultados são liberados apenas vários anos após a realização. Não há, também, um ano padrão para sua efetuação, variando isso de um país a outro. Dado o interesse em obter informações para os anos "redondos" citados ou algum bem próximo, muitas vezes foi necessário aceitar estimativas, baseadas no censo anterior, recurso que carece de maior acuidade, sobretudo se baseadas em ano censitário que já ficou muito para trás. Há ainda a diferença entre os dados provisórios e os definitivos, bem como entre a população recenseada (que estava na cidade por ocasião da contagem) e a legal ou residente. É

claro que, quando possível, os dados definitivos referentes à população residente são os mais adequados, mas esses nem sempre estão disponíveis nas fontes disponíveis, cumprindo notar que as disparidades entre eles e os demais em geral não são muito acentuadas, sendo importante, é claro, tomar o mesmo tipo de informação para todas as cidades consideradas do país.

Os dados demográficos ora referidos foram obtidos em fontes variadas, tais como o *Calendario Atlante De Agostini*, publicado anualmente, e o *Book of the Year*, anuário da *Encyclopaedia Britannica*, além de *sites* da *internet*, tanto genéricos, como o *citypopulation.de* e alguns da ONU, como específicos, referentes a casos isolados.

Outra questão que para o período de nosso interesse atual se afigurou muito mais importante, amplo e complexo que no período anterior é o das aglomerações², a serem consideradas no lugar das cidades em senso estrito, sempre que o fenômeno ocorre. Com efeito, o número de casos em que isso se verifica é muito maior que antes. Com relação a vários países em que no estudo passado levamos a análise até o fim com cidades *stricto sensu*, agora, considerando a evolução posterior, pareceu conveniente considerar para o ano de 1970 (ou próximo) a ainda incipiente expansão urbana para além dos limites municipais como integrante do fato urbano, ou seja, tomando a aglomeração. Essa reavaliação, nos casos em questão, será assinalada na listagem a seguir.

No período de 1970 em diante, a tomada das aglomerações para a composição das listagens revelou dificuldades já referidas com relação ao levantamento anterior. Vale a pena dissecar um pouco mais o assunto, dado o vulto muito maior agora assumido pelo fato. Em existindo formulações oficiais, com critérios iguais ou ao menos semelhantes para todas as ocorrências no país, temos dados prontos e, em geral, confiáveis. O ideal seria que a delimitação delas fosse modificada ao longo do tempo, acompanhando o crescimento da cidade para além de seus limites à medida que fosse ocorrendo, com ou sem a assimilação de núcleos menores vizinhos. Isso foi feito, por exemplo, com relação a Estocolmo, com a inclusão de três comunas em 1970, seis em 1975, uma em 1980 e mais duas em 1995 (verbete *Stockholm/tätort* do *site Wikipedia*, visitado em 15/07/2013). Nos Estados Unidos, também há uma dinâmica nas formulações por parte do órgão censitário. Mas isso não é muito comum. Na maioria das informações tal ajuste é inexistente ou não há menção se é efetuado ou não. Já em sentido oposto, no Brasil a delimitação é estática, tendo sido bastante exagerada, em alguns casos, no início da formulação e mais real (ou menos irreal) agora.

Uma situação de certa forma oposta à que vem sendo exposta é a de algumas cidades que são decompostas administrativamente numa série de municipalidades menores, correspondendo cada uma a um bairro ou conjunto de bairros contíguos, forma como às vezes são apresentadas nas estatísticas. Foi o caso de Londres (Reino Unido), continuando a sê-lo em Karachi (Paquistão) e Lagos (Nigéria). Felizmente, nesses casos, não faltam informações sobre a população do conjunto que efetivamente forma a cidade, já em limites de aglomeração urbana.

Em países em que não há uma formulação oficial de aglomerações urbanas, seja para fins administrativos ou meramente estatísticos, é necessário recorrer a

² Conforme esclarecido anteriormente, também são empregados os termos "área metropolitana" (como nos Estados Unidos), "região metropolitana" (como no Brasil) e outros menos difundidos, além da expressão "Grande...", seguido do nome da "cidade central" (como geralmente a cidade polarizadora do conjunto é conhecida). As definições variam um pouco, mas preferimos o "aglomeração", de uso clássico na França (*agglomération*), porque o adjetivo "metropolitana" transmite a impressão de um fato urbano de dimensão avantajada e de alcance funcional territorialmente muito amplo, o que nem sempre é o caso. O termo "região" aliado ao citado adjetivo ainda reforça essa concepção de tamanho e pujança, nem sempre ocorrente.

outros recursos informativos. Não é raro depararmos com desencontros entre publicações diferentes. Assim, por exemplo, no *Demographia World Urban Areas*, 9ª. edição anual, 2013, veiculado pela *internet*, a população das aglomerações de Madri e Barcelona, as duas maiores da Espanha, teriam sido de 5.900.000 e 4.500.000, respectivamente, em 2011, enquanto na *List of agglomerations by population (United Nations)* veiculado pelo site *Wikipedia da internet*, as estimativas para meados de 2010 davam 6.405.000 e 5.488.000, para elas, naquela ordem. Para a aglomeração de Valência, também na Espanha, a primeira fonte citada aponta para 810.000 habitantes em 2010, enquanto segundo o estudo de Boix e Veneri (2009, p. 17-19) a população dela teria sido de 1,7 milhões de habitantes já em 2001, segundo dois métodos de análise expostos pelos autores, que obtiveram, nesse caso, o mesmo resultado.

Outro problema é que diante da análise através de três períodos distintos, é conveniente encontrar dados que retratem critérios ao menos semelhantes na delimitação das aglomerações enfocadas, o que muitas vezes é de obtenção inviável. Em vários casos procedemos a formulações por conta própria, procurando, através de mapas do *Google Earth* avaliar a extensão da mancha urbana contínua (ou quase contínua quando comparada a áreas mais externas) em torno da "cidade central" considerada, compulsando depois a população das comunas envolvidas através das fontes comentadas anteriormente. Infelizmente uma das variáveis envolvidas na definição territorial das aglomerações urbanas – a migração pendular entre as comunas e a cidade central – não pode ser apurada por intermédio desse recurso, mas com o hábito de examinar questões do tipo sabe-se que quando há contiguidade territorial ela quase sempre é forte, ou seja, há bastante correlação entre ambas as variáveis.

Convém aduzir que em nenhum caso consideramos comunas muito ligadas à "cidade central", mas localizadas além da fronteira nacional, como integrantes da respectiva aglomeração urbana. É o caso, por exemplo, de Genebra e Basileia na Suíça, cujas manchas urbanas se estendem através de território francês, no caso da primeira, francês e alemão no caso da última. Assim procedemos por estarmos analisando os fatos ensejados em nível nacional, parecendo-nos por isso inadequado incluir trechos estrangeiros ao país em exame.

EXPOSIÇÃO DOS DADOS OBTIDOS PARA O PERÍODO MAIS RECENTE

Os dados obtidos nesta pesquisa, referentes ao período iniciado por volta de 1970, figurarão na listagem a seguir, repetindo-se para esse ano os obtidos no trabalho de 1981, eventualmente substituídos por outros agora coletados; isso ocorrendo, o fato será assinalado, dando-se informação resumida sobre o dado obtido anteriormente. Para fins de avaliação da evolução, serão reapresentados de forma sucinta informações referentes à primeira metade do século passado. Quando no estudo anterior foram levantadas possíveis causas de um encabeçamento não primaz (vide acima), elas serão apontadas. Também, para possibilitar enfoques diante de dimensões físicas e demográficas de cada país examinado, será assinalada para cada um sua superfície atual, as taxas de urbanização em 1975, 1990 (a partir de *Human Settlements...*)³ e no último ano levantado ou ano próximo, bem como a população total em cada ano da análise. A listagem foi organizada de modo compacto, a fim de

³ United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT) – Human Settlements Basic Statistics 1997.

agrupar o máximo de informações no mesmo local, num mínimo de espaço. Os países serão agrupados em blocos macro-regionais, nem sempre respeitando limites continentais, e dentro de cada bloco em ordem alfabética.

Eis a seguir a decodificação da listagem.

Primeira linha:

ARGÉLIA {2.382} (1900: 139 L; 1926: 126 L; 1948: 164 L) **[a,f]** 40,3/55,7/66,5

Superfície em milhares de km²

Índices de primazia e tipo de encabeçamento entre o começo do século e 1950 (ou ano próximo). Se tiver sido efetuada adequação para o ano de 1970, os dados originais figurarão, seguidos de //. Tipo de encabeçamento: PO – policéfalo; L – lognormal; PR – primaz

Possíveis causas do encabeçamento não primaz no período indo até 1970 (vide decodificação no texto acima)

Taxa de urbanização (porcentagem de população urbana com relação à população total do país), nos anos de 1975, 1990 e o ano da última linha da listagem ou o ano indicado de modo específico (fontes dos dois primeiros anos: *Human Settlements...*⁴)

Segunda, terceira e quarta linhas:

1966: 12,1 - **Argel'** 943 (100); Orã' 328 (35); Constantina' 254 (27) = 203 L

População do país em milhões de habitantes, no ano citado

População das três maiores cidades em milhares de habitantes, seguidos das razões numéricas, com a maior cidade = 100. Quando ao invés da cidade em termos estritos se tratar de aglomeração urbana, definida e delimitada por critérios oficiais ou oficiosos, o nome é seguido por '. Se for por outro critério, eventualmente deste autor, é seguido por ''.

Detalhes nesse bloco: **em negrito:** capital nacional, caso seja uma das três maiores cidades do país (situação predominante); em **negrito itálico**, caso seja cidade com funções de capital divididas com outra(s) cidade(s); em sublinhado, capitais quando ainda exerciam a função em entidade administrativa de país mais extenso.

Índice de primazia e tipo de encabeçamento: PO – policéfalo; L – lognormal; PR – primaz

⁴ Vide nota anterior.

EUROPA (exceto países resultantes de subdivisões recentes de países maiores)

ALBÂNIA {29} (1923: 83 PO; 1945: 147 L) [a] 32,8/37,2/53,7

1971: 2,2 - **Tirana** 175 (100); Shkodër 57 (33); Durrës 55 (31) = 203 L

1990: 3,3 - Tirana 243 (100); Durrës 85 (35); Elbasan 83 (34) = 196 L

2011: 3,2 - Tirana 511 (100); Durrës 116 (23); Vlorë 80 (16) = 238 PR

ALEMANHA (país reunificado em 1990) {357} (1925: 229 PR; 1950: 179 L; 1970:145 L//) [c, d2', j] 81,2/86,5/84,1 em 2008

1975: 78,7 - **Berlim'** 3.227 (100); Hamburgo' 2.479 (77); Munique' 1.957 (61) = 85 PO

1995: 81,5 - **Berlim'** 4.138 (100); Hamburgo' 2.461 (59); Munique' 1.839 (44) = 138 L

2011: 81,6 - **Berlim'** 4.175 (100); Hamburgo' 2.520 (60); Munique' 2.021 (48) = 132 L

ÁUSTRIA {84} (1900: 280 PR; 1923: 278 PR; 1951: 264 PR; 1971: 257 PR//) 65,2/64,3/67,7

1971: 7,5 - **Viena'** 1.940 (100); Linz' 275 (14); Graz' 270 (14) = 258 PR

1991: 7,8 - **Viena'** 1.799 (100); Graz' 273 (15); Linz' 257 (14) = 256 PR

2011: 8,4 - **Viena'** 2.016 (100); Graz' 309 (15); Linz' 250 (12) = 258 PR

BÉLGICA {31}(1900: 119 PO; 1925: 165 L; 1950: 127 L) [b, c, g] 94,9/97,0/97,1

1970: 9,7 - **Bruxelas'** 1.071 (100); Antuérpia' 673 (63); Liège' 444 (41) = 133 L

1991: 10,0 - **Bruxelas'** 1.696 (100); Antuérpia' 900 (53); Liège' 484 (29) = 165 L

2011: 11,0 - **Bruxelas'** 1.920 (100); Antuérpia' 983 (51); Liège' 654 (34) = 164 L

BULGÁRIA {111}(1900: 100 PO; 1926: 192 L; 1948: 225 PR) 57,5/68,3/72,5

1970: 8,5 - **Sófia** 994 (100); Plovdiv 250 (25); Varna 225 (23) = 227 PR

1991: 9,0 - **Sófia** 1.141 (100); Plovdiv 379 (33); Varna 316 (28) = 206 L

2011: 7,4 - **Sófia** 1.205 (100); Plovdiv 338 (28); Varna 335 (28) = 216 PR

DINAMARCA {43} (1900: 275 PR; 1921: 272 PR; 1950: 265 PR) 81,8/85,2/ 86,6

1970: 4,9 - **Copenhague'** 1.383 (100); Arhus 233 (17); Odense 164 (12) = 254 PR

1990: 5,1 - **Copenhague'** 1.337 (100); Arhus 261 (20); Odense 176 (13) = 247 PR

2010: 5,5 - **Copenhague'** 1.181 (100); Arhus 242 (20); Odense 166 (14) = 246 PR

ESPAÑA {506} (1900: 66 PO; 1920: 77 PO; 1950: 110 PO; 1970: 168 L//) [a, h] 69,6/76,5/77,2 em 2009

1970: 32,7 - **Madri"** 3.380 (100); Barcelona" 2.456 (73); Valência" 826 (24) = 130 L

1991: 38,4 - **Madri"** 3.885 (100); Barcelona" 2.576 (66); Valência" 1.012 (26) = 142 L

2011: 47,2 - **Madri"** 4.513 (100); Barcelona" 2.565 (57); Valência" 1.141 (25) = 161 L

FINLÂNDIA {338} (1924: 218 PR; 1950: 210 L) 58,3/63,2/83,7

1969: 4,7 - **Helsinque'** 796 (100); Turku' 219 (28); Tampere' 215 (27) = 217 PR

1990: 5,0 - **Helsinque'** 889 (100); Tampere' 218 (25); Turku' 205 (23) = 227 PR

2011: 5,4 - **Helsinque'** 1.159 (100); Tampere' 313 (27) Turku' 252 (22); = 224 PR

FRANÇA {544} (1900: 256 PR; 1925: 260 PR; 1950: 267) 73,0/74,7/84,6 em 2009
1968: 49,8 - **Paris** 8.197 (100); Lyon 1.075 (13); Marselha 964 (12) = 262 PR
1990: 56,6 - **Paris** 9.060 (100); Lyon 1.262 (14); Marselha 1.231 (14) = 258 PR
2010: 62,8 - **Paris** 10.460 (100); Marselha 1.560 (15) Lyon 1.551 (15); = 255 PR

GRÉCIA {132} (1900: 124 L; 1925: 175 L; 1951: 251 PR) 55,3/59,2/61,2 em 2010
1971: 8,7 - **Atenas** 2.540 (100); Salônica 557 (22), Patras 121 (5) = 251 PR
1991: 10,3 - **Atenas** 3.073 (100); Salônica 749 (24), Patras 170 (6) = 246 PR
2011: 11,3 - **Atenas** 3168 (100); Salônica 806 (25), Patras 195 (6) = 244 PR

HUNGRIA {93} (1900: 265 PR; 1920: 272 PR; 1949: 276 PR; 1970: 274 PR//) 52,8/
64,6/67,7 em 2009
1975: 10,5 - **Budapeste** 2.485 (100); Miskolc 196 (8); Debrecen 182 (7) = 277 PR
1990: 10,3 - **Budapeste** 2.579 (100); Debrecen 214 (8); Miskolc 194 (8) = 276 PR
2010: 10,0 - **Budapeste** 2.503 (100); Debrecen 207 (8); Szeged 170 (7) = 277 PR

IRLANDA {70} (1900: 233 PR; 1926: 253 PR; 1951: 262 PR) 53,6/57,5/62,0
1971: 3,0 - **Dublin** 568 (100); Cork 129 (23); Limerick 57 (10) = 244 PR
1991: 3,5 - **Dublin** 929 (100); Cork 174 (19); Limerick 75 (8) = 254 PR
2011: 4,6 - **Dublin** 1.110 (100); Cork 199 (18); Limerick 91 (8) = 256 PR

ISLÂNDIA {103} (1926: 260 PR; 1950: 266 PR; 1969: 259 PR//) 86,6/91,5/93,8 em
2011
1973: 0,2 - **Reykjavik** 115 (100); Kopavogur 12 (10); Akureyri 11 (10) = 270 PR
1990: 0,3 - **Reykjavik** 146 (100); Akureyri 14 (10); Keflavik 8 (5) = 275 PR
2010: 0,3 - **Reykjavik** 201 (100); Akureyri 18 (9); Keflavik 14 (7) = 275 PR

ITÁLIA {301} (1900: 39 PO; 1926: 19 PO; 1951: 84 PO; 1971: 133 L//) **[a,h]** 65,6/
66,6/67,6 em 2005
1971: 54,0 - Milão 3.892 (100); **Roma** 3.503 (90); Nápoles 2.823 (73) = 47 PO
1991: 57,1 - Milão 3.903 (100); **Roma** 3.662 (94); Nápoles 3.122 (80) = 32 PO
2009: 60,3 - Milão 4.302 (100); **Roma** 4.155 (97); Nápoles 3.208 (75) = 31 PO

LUXEMBURGO {3} (1927: 175 L; 1947: 182 L) **[a]** 73,7/89,1/85,2 em 2010
1970: 0,3 - **Luxemburgo** 76 (100); Esch-sur-Alzette 28 (37); Differdange 18 (24) =
202 L
1991: 0,4 - **Luxemburgo** 75 (100); Esch-sur-Alzette 24 (32); Differdange 16 (21) =
215 PR
2011: 0,5 - **Luxemburgo** 95 (100); Esch-sur-Alzette 30 (32); Differdange 21 (22) =
214 PR

NORUEGA {324} (1900: 220 PR; 1925: 208 L; 1955: 237 PR; 1970: 224 PR//) 68,2/
73,2/79,4
1970: 3,9 - **Oslo** 622 (100); Trondheim 127 (20); Bergen 115 (18) = 242 PR
1990: 4,2 - **Oslo** 628 (100); Bergen 212 (34); Trondheim 137 (22) = 210 L
2011: 4,9 - **Oslo** 805 (100); Bergen 260 (32); Trondheim 173 (21) = 215 PR

PAÍSES BAIXOS (=HOLANDA) {42} (1900: 109 PO; 1926: 89 PO; 1950: 61 PO) **[g,h]**
88,4/89,0/82,9
1970: 13,0 - Roterdã 1.064 (100); **Amsterdã** 1.038 (98); **Haia** 715 (67) = 37 PO
1990: 14,9 - **Amsterdã** 1.044 (100); Roterdã 1.044 (100); **Haia** 685 (66) = 34 PO

2010: 16,6 - **Amsterdã'** 1.515 (100); Roterdã' 1.161 (77); **Haia'** 1.017 (67) = 79 PO

POLÔNIA {313} (1900: 187 L; 1921: 184 L; 1950: 89 PO) 55,4/63,7/60,8

1970: 32,4 - **Varsóvia** 1.308 (100); Lodz 762 (58); Cracóvia 583 (45) = 139 L

1990: 38,2 - **Varsóvia** 1.655 (100); Lodz 852 (51); Cracóvia 748 (45) = 153 L

2011: 38,2 - **Varsóvia** 1.701 (100); Cracóvia 758 (45); Lodz 729 (43) = 167 L

PORTUGAL {92} (1900: 196 L; 1920: 209 L; 1950: 222 PR; 1970: 212 PR//) 27,7/35,6/61,1

1970: 8,4 - **Lisboa'** 1.821 (100); Porto' 1.218 (67); Coimbra 56 (3) = 163 L

1991: 9,3 - **Lisboa'** 2.521 (100); Porto' 1.522 (60); Braga 141 (6) = 174 L

2011: 10,6 - **Lisboa'** 2.848 (100); Porto' 1.695 (60); Braga 181 (6) = 174 L

REINO UNIDO {244} (1900: 242 PR; 1925: 233 PR; 1950: 221 PR) **[d2']** 88,8/89,2/79,6

1971: 54,0 - **Londres'** 7.379 (100); Manchester' 2.387 (32); Birmingham' 2.369 (32) = 204 L

1991: 55,5 - **Londres'** 8.085 (100); Manchester' 2.370 (29); Birmingham' 2.290 (28) = 214 PR

2011: 63,1 - **Londres'** 9.787 (100); Manchester' 2.553 (26); Birmingham' 2.441 (25) = 223 PR

ROMÊNIA {238} (1900: 223 PR; 1925: 250 PR; 1948: 261 PR) 46,2/55,9/55,1

1970: 20,2 - **Bucareste** 1.475 (100); Cluj 203 (14); Timisoara 192 (13) = 259 PR

1992: 22,8 - **Bucareste** 2.064 (100); Constanta 350 (17); Iasi 342 (17) = 249 PR

2011: 19,0 - **Bucareste** 1.678 (100); Cluj - Napoca 309 (18); Timisoara 304 (18) = 246 PR

SUÉCIA {450} (1900: 193 L; 1925: 170 L; 1950: 197 L; 1970: 166 L//) 82,7/83,1/84,6 em 2009

1970: 8,0 - **Estocolmo'** 973 (100); Gotemburgo' 717 (73); Malmö 488 (50) = 104 PO

1990: 8,6 - **Estocolmo'** 1.040 (100); Gotemburgo' 777 (75); Malmö 529 (51) = 99 PO

2010: 9,4 - **Estocolmo'** 1.372 (100); Gotemburgo' 918 (67); Malmö 650 (47) = 119 PO

SUIÇA {42} (1900: 78 PO; 1927: 108 PO; 1950:169 L; 1970:158 L//) **[b,c,g]** 55,8/61,0/73,6 em 2009

1970: 6,3 - Zurique' 675 (100); Basiléia' 373 (55); Genebra' 321 (48) = 142 L

1990: 6,7 - Zurique' 839 (100); Genebra' 389 (46); Basiléia' 359 (43) = 165 L

2010: 7,9 - Zurique' 1.170 (100); Genebra' 521 (45) Basiléia' 498 (43) = 167 L

PAÍSES DA EUROPA E DA ÁSIA RESULTANTES DE SUBDIVISÕES RECENTES DE PAÍSES MAIORES

- da antiga Tchecoslováquia (subdividida em 1993)

ESLOVÁQUIA {49} 46,3/58,8/55,4 em 2006

1969: 4,6 - Bratislava 291 (100); Kosice 142 (49); Nitra 43 (15) = 187 L

1991: 5,3 - Bratislava 442 (100); Kosice 235 (53); Presov 87 (20) = 174 L

2011: 5,4 - **Bratislava** 411 (100); Kosice 240 (58); Presov 92 (22) = 162 L

REPÚBLICA TCHECA {79} 57,8/65,4/73,4

1969: 9,8 - **Praga** 1.103 (100); Brno 339 (31); Ostrava 280 (25) = 213 PR
 1991: 10,3 - **Praga** 1.214 (100); Brno 388 (32); Ostrava 316 (23) = 210 L
 2011: 10,6 - **Praga** 1.269 (100); Brno 386 (30); Ostrava 296 (23) = 217 PR

- da antiga Iugoslávia (subdividida, em várias etapas, a partir de 1991)

BÓSNIA-HERCEGOVINA (independente em 1992) {51} 31,3/41,1/45,7 em 2005

1971: 3,7 - Sarajevo 244 (100); Banja Luka 90 (37); Tuzla 54 (22) = 204 L
 1991: 4,4 - Sarajevo 362 (100); Banja Luka 143 (40); Tuzla 84 (23) = 197 L
 2008: 3,8 - **Sarajevo** 393 (100); Banja Luka 164 (42); Tuzla 84 (21) = 195 L

CROÁCIA (independente em 1991) {57} 45,1/55,8/57,8

1971: 4,4 - Zagreb 566 (100); Split 152 (27); Rijeka 133 (23) = 223 PR
 1991: 4,8 - **Zagreb** 707 (100); Split 189 (27); Rijeka 168 (24) = 222 PR
 2011: 4,3 - **Zagreb** 687 (100); Split 178 (26); Rijeka 127 (18) = 230 PR

ESLOVÊNIA (independente em 1991) {20} 42,4/51,3/49,6 em 2009

1971: 1,7 - Liubliana 174 (100); Maribor 97 (56); Celje 32 (18) = 170 L
 1991: 2,0 - Liubliana 276 (100); Maribor 108 (39); Celje 41 (15) = 207 L
 2012: 2,1 - **Liubliana** 272 (100); Maribor 95 (35); Celje 38 (14) = 216 PR

KOSOVO (funcionando como país independente, sem o reconhecimento da Sérvia, da qual se separou em 2008) {11} .../.../38,0

1971: 1,2 - Pristina 70 (100); Pec 42 (60); Prizren 42 (60) = 120 PO
 1991: 2,0 - Pristina 205 (100); Prizren 175 (85); Pec 128 (62) = 68 PO
 2011: 1,8 - **Pristina** 199 (100); Prizren 178 (89); Ferizaj 109 (55) = 67 PO

MACEDÔNIA (independente em 1991){26} 50,6/59,9/59,2 em 2009

1971: 1,6 - Skopje 312 (100); Bitola 66 (21); Prilep 48 (15) = 243 PR
 1991: 2,0 - **Skopje** 408 (100); Bitola 79 (19); Kumanovo 61 (15) = 247 PR
 2011: 2,1 - **Skopje** 491 (100); Bitola 73 (15); Kumanovo 72 (15) = 255 PR

MONTENEGRO (independente em 2006){13} .../.../63,2

1971: 0,5 - Titograd 62 (100); Niksic 40 (65); Pljevlja 15 (24) = 146 L
 1991: 0,6 - Podgorica (ex-T.) 118 (100); Niksic 56 (47); Pljevlja 21 (18) = 188 L
 2011: 0,6 - **Podgorica** 151 (100); Niksic 57 (38); Pljevlja 19 (13) = 211 L

SÉRVIA (País remanescente dos desmembramentos de Montenegro e Kosovo, nos limites de 2008) {77} .../.../55,7

1971: 7,1 - **Belgrado** 770 (100); Novi Sad 141 (18); Nis 127 (16) = 248 PR
 1991: 7,8 - **Belgrado** 1.137 (100); Novi Sad 179 (16); Nis 176 (15) = 253 PR
 2011: 7,1 - **Belgrado** 1.167 (100); Novi Sad 232 (20); Nis 183 (16) = 244 PR

- da antiga União Soviética, no início dos anos noventa)

ARMÊNIA {30} 63,0/68,6/ 64,0 em 2011

1970: 2,5 - Ierevan 767 (100); Leninakan 165 (22); Kirovakan 107 (14) = 242 PR
 1989: 3,3 - Ierevan 1.202 (100); Gyumri (ex-L.) 123 (10); Vanadzor (ex-K.) 76 (6) = 274 PR
 2010: 3,3 - **Ierevan** 1.116 (100); Gyumri 146 (13); Vanadzor 105 (9) = 265 PR

AZERBAIJÃO {87} 51,5/55,7/53,0

1970: 5,1 - **Bacu'** 1.266 (100); Kirovabad 190 (15); Sumgait 125 (10) = 260 PR

1991: 7,1 - **Bacu'** 1.713 (100); Gandja (ex-K.) 282 (16); Sumgait 236 (14) = 254 PR

2011: 9,2 - **Bacu'** 2.123 (100); Gandja 316 (15); Sumgait 281 (13) = 257 PR

BELARUS (= BIELORÚSSIA) {208} 50,3/71,1/75,1

1970: 9,0 - **Minsk'** 916 (100); Homel 272 (30); Vitebsk 231 (25) = 215 PR

1991: 10,3 - **Minsk** 1.634 (100); Homel 503 (31); Vitebsk 369 (23) = 215 PR

2011: 9,5 - **Minsk** 1.864 (100); Homel 492 (26); Mahilyov 361 (19) = 229 PR

CAZAQUISTÃO {2.725} 52,2/59,6/54,0

1970: 12,8 - **Alma Ata** 730 (100); Karaganda 523 (72); Chimkent 247 (34) = 122 PO

1991: 16,8 - **Almaty** (ex-A.A.) 1.156 (100); Karaganda 609 (63); Chimkent 439 (38) = 156 L

2009: 15,8 - **Almaty** 1.365 (100); **Astana** 639 (47); Chimkent 567 (42) = 164 L

ESTÔNIA {45} 67,6/73,0/69,5 em 2011

1970: 1,4 - **Tallinn** 363 (100); Tartu 90 (25); Narva 58 (16) = 234 PR

1991: 1,6 - **Tallinn** 500 (100); Tartu 115 (23); Narva 82 (16) = 238 PR

2010: 1,3 - **Tallinn** 399 (100); Tartu 103 (26); Narva 66 (17) = 231 PR

GEÓRGIA {70} 49,5/58,3/53,1

1970: 4,7 - **Tiflis** 889 (100); Kutaisi 161 (18); Rustavi 98 (11) = 253 PR

1991: 5,5 - **Tiflis** 1.283 (100); Kutaisi 238 (19); Rustavi 162 (13) = 249 PR

2011: 4,5 - **Tiflis** 1.162 (100); Kutaisi 195 (17); Batumi 124 (11) = 255 PR

LETÔNIA {65} 65,4/72,8/67,5

1970: 2,4 - **Riga** 732 (100); Daugavpils 100 (14); Liepaja 93 (13) = 259 PR

1991: 2,7 - **Riga** 910 (100); Daugavpils 129 (14); Liepaja 115 (13) = 259 PR

2011: 2,2 - **Riga** 644 (100); Daugavpils 89 (14); Liepaja 73 (11) = 261 PR

LITUÂNIA {65} 55,7/72,0/67,1 em 2011

1970: 3,1 - **Vilna** 372 (100); Kaunas 305 (82); Klaipeda 140 (37) = 99 PO

1990: 3,7 - **Vilna** 593 (100); Kaunas 430 (73); Klaipeda 206 (35) = 119 PO

2010: 3,2 - **Vilna** 549 (100); Kaunas 348 (63); Klaipeda 183 (33) = 141 L

MÓLDOVA (=MOLDÁVIA) (exceto Transnistria) {30} .../.../...

1970: ... - **Kishinev** 356 (100); Belcy 101 (28); Cahul 27 (8) = 217 PR

1989: 3,7 - **Chisinau** (=K.) 667 (100); Balti (=B.) 158 (24); Cahul 43 (6) = 246 PR

2013: 3,6 - **Chisinau** 672 (100); Balti 145 (22); Cahul 40 (6) = 250 PR

QUIRGUÍZIA {200} 37,9/38,8/35,3

1970: 2,9 - **Frunze** 431 (100); Osh 121 (28); Przevalsk 42 (10) = 234 PR

1991: 4,4 - **Bishkek** (ex-F.) 631 (100); Osh 219 (35); Jalalabad 74 (12) = 218 PR

2009 : 5,1 - **Bishkek** 865 (100); Osh 243 (28); Jalalabad 92 (11) = 233 PR

RÚSSIA {17.075} 66,4/75,9/73,7

1970: 130 - **Moscou'** 7.061 (100); Leningrado' 3.949 (56); Gorki 1.170 (17) = 171 L

1991: 149 - **Moscou** 8.802 (100); S. Petersburgo (ex-L.) 4.467 (51); Novosibirsk 1.446 (16) = 182 L

2010: 143 - **Moscou** 11.514 (100); São Petersburgo 4.849 (42); Novosibirsk 1.474 (13) = 203 L

TADJIQUISTÃO {143} 35,5/32,2/26,5

1970: 2,9 - Dushanbe 374 (100); Leninabad 103 (28); Kulyab 40 (11) = 233 PR

1991: 5,4 - **Dushanbe** 582 (100); Khujand (ex-L.) 165 (28); Kulyab 79 (14) = 230 PR

2010: 7,1 - **Dushanbe** 724 (100); Khujand 162 (22); Kulyab 95 (13) = 243 PR

TRANSNISTRIA (funcionando como país independente, em território pertencendo oficialmente à Moldávia, sem o reconhecimento desse país nem da comunidade internacional) {4} .../.../...

1970: ... - Tiraspol 106 (100); Bendery 72 (68); Ribnita 32 (30) = 134 L

1989: 0,7 - Tiraspol 182 (100); Bendery 138 (76); Ribnita 61 (34) = 114 PO

2013: 0,5 - **Tiraspol** 135 (100); Bendery 92 (68); Ribnita 48 (36) = 128 L

TURCOMENISTÃO {488} 47,6/44,9/48,2 em 2008

1970: 2,1 - Ashkhabad 252 (100); Chardzhou 96 (38); Tashauz 63 (25) = 199 L

1991: 3,7 - **Ashkhabad** 416 (100); Chardzhou 166 (40); Tashauz 117 (28) = 192 L

2009: 4,9 - **Ashkhabad** 909 (100); Chardzhou 253 (28); Dasoguz (ex-T.) 227 (25) = 219 PR

UCRÂNIA {604} 58,3/70,2/68,7

1970: 47,1 - Kiev 1.632 (100); Kharkiv 1.223 (75); Odessa 892 (55) = 95 PO

1991: 51,9 - **Kiev** 2.643 (100); Kharkiv: 1.623 (61); Denepetrovsk 1.189 (45) = 133 L

2011: 45,8 - **Kiev** 2.799 (100); Kharkiv 1.447 (52); Odessa 1.009 (36) = 160 L

UZBEQUISTÃO {447} 39,1/41,1/ 51,1 em 2010

1970: 12,0 - Tashkent 1.385 (100); Samarcanda 267 (19); Andizan 188 (14) = 248 PR

1991: 20,7 - **Tashkent** 2.119 (100); Samarcanda 365 (17); Namangan 318 (15) = 251 PR

2007: 26,6 - **Tashkent** 1.959 (100); Namangan 446 (23); Andijan 322 (16) = 238 PR

ÁFRICA DO NORTE E ORIENTE MÉDIO

ARÁBIA SAUDITA {2.150} (1900: 73 PO; 1925: 179 L; 1950: 33 PO) [**f,g**] 58,4/82,8/81,9 em 2009

1965: ... - **Riad** 225 (100); Jedá 194 (86); Meca 185 (82) = 45 PO

1991: 14,7 - **Riad** 1.800 (100); Jedá 1.500 (83); Meca 630 (35) = 99 PO

2010: 27,1 - **Riad'** 5.188 (100); Jedá' 3.430 (66); Meca' 1.534 (30) = 138 L

ARGÉLIA {2.382} (1900: 139 L; 1926: 126 L; 1948: 164 L) [**a,f**] 40,3/55,7/66,5

1966: 12,1 - **Argel'** 943 (100); Orã' 328 (35); Constantina' 254 (27) = 203 L

1987: 23,0 - **Argel'** 1.690 (100); Orã 610 (36); Constantina 441 (26) = 202 L

2010: 35,9 - **Argel"** 2.851 (100); Orã" 776 (27); Constantina" 730 (26) = 220 PR

EGITO {996} (1900: 185 L; 1926: 182 L; 1952: 202 L) [**f**] 43,5/44,6/43,1

1970: 33,3 - **Cairo'** 4.961 (100); Alexandria' 2.250 (45); Porto Said 300 (6) = 204 L

1986: 48,2 - **Cairo"** 8.666 (100); Alexandria 2.926 (34); Porto Said 401 (5) = 227 PR

2006: 72,8 - **Cairo"** 12.265 (100); Alexandria 4.085 (33); Porto Said 570 (5) = 229 PR

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS {84} [c] 65,4/83,8/80,0

1968: 0,2 - Dubai 57 (100); **Abu Dhabi** 22 (39) Sharjah 21 (37) = 185 L
 1985: 1,4 - Dubai 354 (100); **Abu Dhabi** 283 (80); Sharjah 173 (49) = 91 PO
 2008: 4,8 - Dubai" (incl. Sharjah e Ajman) 2.989 (100); **Abu Dhabi** 897 (30); Al Ain 374 (13) = 227 PR

IEMEN (país unificado em 1990) {528} 16,4/33,5/27,3 em 2005

1970: 7,2 - **Aden** 250 (100); **Sana** 120 (48); Hodeida 90 (36) = 168 L
 1994: 14,6 - **Sana** 954 (100); Aden 398 (42); Taizz 318 (33) = 183 L
 2004 (!): 19,7 - **Sana** 1.707 (100); Aden 589 (35); Taizz 467 (27) = 203 L

IRAQUE {434} (1900: 168 L; 1919: 240 PR; 1947: 233 PR) 61,4/74,5/66,5
 1965: ... - **Bagdá** 1.657 (100); Basra' 311 (19); Mosul' 264 (16) = 246 PR
 1987: 16,3 - **Bagdá** 3.844 (100); Mosul 664 (17); Irbil 486 (13) = 253 PR
 2011: 33,3 - **Bagdá** 6.150 (100); Mosul' 1.475 (24); Basra 1.200 (20) = 232 PR

ISRAEL{...} (+ Jerusalém Oriental) (1926: 106 PO; 1954: 151 L) [f] 86,6/90,7/91,7
 1972: 3,1 - Tel Aviv-Jafa 363 (100); **Jerusalém** 304 (84); Haifa 219 (60) = 72 PO
 1995: 5,6 - Tel Aviv-Jafa' 1.158 (100); Haifa' 747 (65); **Jerusalém'** 683 (59) = 111 PO
 2008: 7,0 - Tel Aviv-Jafa' 1.259 (100); **Jerusalém'** 904 (72); Haifa' 888 (71) = 85 PO

JORDÂNIA {89} (1922: 22 PO; 1952: 178 L) [a] 55,3/71,4/82,6 em 2012

1971: 2,3 - **Amã** 500 (100); Zarga 200 (40); Irbid 110 (22) = 198 L
 1989: 3,1 - **Amã** 936 (100); Zarga 318 (34); Irbid 168 (18) = 214 PR
 2011: 6,1 - **Amã**" (incl. Zarga) 3.066 (100); Irbid 251 (8); Aqaba 80 (3) = 281 PR

KUWAIT {18} 83,8/97,0/98,3 em 2005

1970: 0,9 - **Kuwait'** 295 (100); Hawalli 107 (36); Salmiya 67 (23) = 205 L
 1990: 2,1 - **Kuwait"** 2.022 (100); Az Zur 6 (0,3); Al Wafra 4 (0,2) = 299 PR
 2012: 3,7 - **Kuwait"** 3.742 (100); Al Salem al Sabah 49 (1,3); Al Wafra 10 (0,3) = 297 PR

LÍBANO {10} (1925: 245 PR; 1955: 229 PR) 67,0/87,5/87,2 em 2011

1970: 2,8 - **Beirute'** 939 (100); Tripoli-El Mina 157 (17); Saida 60 (6) = 260 PR
 1990: 3,0 - **Beirute** 1.500 (100); Tripoli 160 (11); Zahle 45 (3) = 275 PR
 2013: 4,5 - **Beirute** 2.071 (100); Tripoli 198 (10); Juniyah 103 (5) = 275 PR

LÍBIA {1.776} (1900: 213 PR; 1954: 154 L) [a, f] 60,9/85,4/77,7 em 2009

1973: 2,3 - **Tripoli** 551 (100); Bengasi 282 (51); El Beida 59 (11) = 187 L
 1988: 4,3 - **Tripoli** 591 (100); Bengasi 446 (75); Misurata 122 (21) = 129 L
 2006: 5,7 - **Tripoli** 1.065 (100); Bengasi 671 (63); Misurata 355 (33) = 141 L

MARROCOS {459} (1900: 200 L; 1926: 102 PO; 1952: 211 L) [f] 37,7/51,9/57,6

1971: 15,4 - Casablanca 1.506 (100); **Rabat**-Salé 530 (35); Marrakech 333 (22) = 208 L
 1994: 25,8 - Casablanca 2.434 (100); **Rabat**-Salé 1.500 (62); Marrakech 621 (26) = 150 L
 2009: 31,7 - Casablanca 3.245 (100); **Rabat**-Salé 1.770 (55); Fez 1.044 (32) = 158L

OMÃ {310} 19,6/75,6/73,0

1960 (!): ... - Matrah 14 (100); Sur 12 (86); Sohar 7,5 (54) = 74 PO

1993: 2,0 - **Mascate** 623 (100); Salalah 116 (19); Sohar 84 (13) = 249 PR
2010: 2,8 - **Mascate** 776 (100); Salalah 147 (19); Sohar 129 (17) = 245 PR

SÍRIA {185} (1924: 120 PO; 1950: 48 PO) 45,1/52,2/55,3

1970: 6,3 - **Damasco** 837 (100); Alepo 639 (76); Homs 215 (26) = 122 PO
1989: 11,7 - **Damasco** 1.361 (100); Alepo 1.308 (96); Homs 464 (34) = 74 PO
2009: 21,8 - Alepo' 3.087 (100); **Damasco**' 2.597 (84); Homs' 1.328 (43) = 89 PO

ÁSIA (exceto os países arrolados nos dois blocos anteriores)

AFEGANISTÃO {652} (1900: 50 PO; 1925: 241 PR; 1956: 180 L) 13,3/19,9/23,5 em 2011

1971: ... - **Cabul**' 499 (100); Kandahar 134 (27); Baghlan 106 (21) = 225 PR
1988: 14,5 - **Cabul** 1.424 (100); Kandahar 226 (16); Herat 177 (12) = 256 PR
2009: 28,2 - **Cabul** 2.938 (100); Herat 395 (13); Kandahar 363 (12) = 262 PR

BANGLADESH {148} (1951: 134 L) [a] 9,3/18,3/27,6 em 2009

1974: 71,5 - **Daca**' 1.730 (100); Chittagong 890 (51); Khulna 437 (25) = 173 L
1991: 104,8 - **Daca**' 6.105 (100); Chittagong' 2.040 (33); Khulna' 877 (14) = 220 PR
2008: 142,5 - **Daca**' 12.797 (100); Chittagong 3.858 (30); Khulna 1.388 (11) = 229 PR

CAMBOJA {181} 10,3/20,4/19,5

1962 (!): 5,7 - **Phnom Penh** 394 (100); Battambang 39 (10); Kompong Cham 29 (7) = 273 PR
1987: 8,0 - **Phnom Penh** 564 (100); Battambang 45 (8); Kompong Cham 33 (6) = 278 PR
2008: 13,4 - **Phnom Penh** 1.243 (100); Siemreap 169 (14); Battambang 141 (11) = 261 PR

CHINA {9.573} (1900: 84 PO; 1925: 65 PO; 1950: 192 L) [d1,d2,d2',f] 17,3/30,2/51,3 em 2012

1970: 759,6 - Xangai 10.820 (100); **Pequim** 7.570 (70); Tientsin 4.280 (40) = 120 PO
1990: 1.130,5 - Xangai' 13.341 (100); **Pequim**' 10.819 (81); Tientsin' 8.785 (66) = 72 PO
2011: 1.342,3 - Xangai' 20.208 (100); **Pequim**' 15.594 (77); Guangzhou' 10.849 (54) = 92 PO

CORÉIA DO NORTE {123} 56,7/61,2/60,3 em 2011

1967: ... - **Pyongyang** 840 (100); Chongjin 265 (32); Kimchaek 265 (32) = 204 L
1987: 19,3 - **Pyongyang** 2.355 (100); Hamhung 701 (30); Chongjin 520 (22) = 218 PR
2008: 24,1 - **Pyongyang** 2.581 (100); Hamhung 704 (27); Chongjin 615 (24) = 222 PR

CORÉIA DO SUL {100} (1949: 213 PR) 48,9/81,3/82,7 em 2009

1970: 31,4 - **Seul** 5.433 (100); Pusan 1.842 (34); Taegu 1.064 (20) = 212 PR
1990: 43,5 - **Seul** 10.628 (100); Pusan 3.798 (36); Taegu 2.229 (21) = 207 L
2011: 48,8 - **Seul** 10.528 (100); Pusan 3.586 (34); Incheon 2.851 (27) = 205 L

FILIPINAS {300} (1900: 232 PR; 1925: 235 PR; 1948: 265 PR) 35,6/54,0/64,0
 1970: 36,7 - **Manila** 2.725 (100); Davao 392 (14); Cebu 347 (13) = 259 PR
 1990: 60,7 - **Manila** 7.212 (100); Davao 850 (12); Cebu 610 (8) = 268 PR
 2007: 88,6 - **Manila** 11.553 (100); Davao 1.363 (12); Cebu 799 (7) = 269 PR

ÍNDIA{3.287} (1900: 110 PO; 1921: 83 PO; 1951: 145 L) [**b,c,d1,d2,d2'**] 21,3/26,8
 31,2
 1971: 548,0 - Calcutá' 7.031 (100); Bombaim' 5.971 (85); **Delhi**' 3.647 (52) = 78 PO
 1991: 846,3 - Bombaim' 12.572 (100); Calcutá' 10.916 (87); **Delhi**' 8.375 (67) =
 59 PO
 2011 : 1.210,2 - Mumbai' (ex-B.) 18.414 (100); **Delhi**' 16.315 (89); Calcutá' 14.113
 (77) = 45 PO

INDONÉSIA {1.911} (1900: 68 PO; 1925: 76 PO; 1950: 136 L) [**a, d2**] 19,4/35,4/
 44,3
 1971: 119,2 - **Jacarta** 4.576 (100); Surabaia 1.556 (34); Bandung 1.202 (26) = 206L
 1990: 178,6 - **Jacarta** 8.259 (100); Surabaia 2.421 (29); Bandung 2.027 (25) =
 217 PR
 2010: 237,6 - **Jacarta**' 9.587 (100); Surabaia' 2.765 (29); Bandung 2.395 (25) =
 217 PR

IRÃ {1.648} (1900: 129 L; 1925: 90 PO; 1950: 223 PR) 45,8/59,0/69,4
 1966: 25,1 - **Teerã** 2.720 (100); Isfaã 424 (16); Meshhed 410 (15) = 253 PR
 1991: 57,1 - **Teerã** 6.475 (100); Meshhed 1.759 (27); Isfaã 1.127 (17) = 229 PR
 2007: 71,2 - **Teerã** 7.873 (100); Meshhed 2.469 (31); Isfaã 1.628 (21) = 217 PR

JAPÃO {378} (1900: 151 L; 1925: 75 PO; 1950: 220 PR) [**d2,d2'**] 75,7/78,1/66,6 em
 2009
 1970: 104,4 - **Tóquio**' 8.841 (100); Osaka 2.980 (34); Yokohama 2.238 (25) = 207 L
 1990: 123,5 - **Tóquio**' 11.855 (100); Yokohama 3.251 (27); Osaka 2.613 (22) =
 224 PR
 2010: 128,1 - **Tóquio**' 13.159 (100); Yokohama 3.689 (28); Osaka 2.665 (20) =
 224 PR

LAOS {237} 11,4/20,7/33,1 em 2010
 1970: 3,0 - **Vientiane** 177 (100); Savannaket 51 (29); **Luang Prabang** 44 (25) =
 217 PR
 1985: 3,6 - **Vientiane** 178 (100); Savannaket 97 (54); Luang Prabang 68 (38) = 154L
 2011: 6,4 - **Vientiane**' 783 (100); Savannaket 122 (16); Paksé 90 (11) = 257 PR

MALÁSIA {331} (1947: 72 PO; 1970: 126 L//) [**a,c**] 37,7/53,6/71,3
 1970: 9,4 - **Kuala Lumpur**' 750 (100); George Town' 450 (60); Ipoh' 450 (60) = 146L
 1991: 18,2 - **Kuala Lumpur** 1.145 (100); Ipoh 469 (41); Johor Bahru 441 (30) = 179L
 2009: 27,5 - **Kuala Lumpur**' 6.071(100); George Town' 2.251(37), Johor Bahru
 1.277(21) = 205 L

MIANMAR (ex-Birmânia) {677} (1900: 114 PO; 1953: 235 PR) 23,9/26,9/32,0
 1970: 27,9 - **Rangun** 1.854 (100); Mandalay 402 (22) Moulmein 173 (9) = 247 PR
 1983(!): 35,3 - **Yangon** (ex-R.) 2.513 (100) Mandalay 532 (21); Moulmein 220 (9) =
 249 PR

2007: 47,4 - Yangon' 4.088 (100); Mandalay' 961 (24); **Naypydaw'** 930 (23) = 229 PR

MONGÓLIA {1.564} (1954: 275 PR) 48,7/60,8/63,3

1969: 1,2 - **Ulan Bator** 267 (100); Darhan 23 (9); Suhe Bator 12 (4) = 278 PR

1989: 2,0 - **Ulan Bator** 548 (100); Darhan 86 (16); Erdenet 56 (10) = 258 PR

2010: 2,7 - **Ulan Bator** 1.162 (100); Erdenet 83 (7); Darhan 75 (6) = 280 PR

NEPAL {147} 5,0/10,3/17,0

1961 (!): 9,4 - **Katmandu** 49 (100); Bhagdaon 37 (76); Birganj 11 (22) = 126 L

1991: 18,5 - **Katmandu** 421 (100); Bhagdaon 129 (31); Lalitpur 116 (28) = 210 L

2011: 26,6 - **Katmandu** 1.003 (100); Pokhara 265 (25); Lalitpur 227 (23) = 226 PR

PAPUA-NOVA GUINÉ {463} 11,9/16,1/12,0 em 2008

1971: 2,5 - **Port Moresby** 66,2 (100); Rabaul 34,8 (53); Lae 34,7 (52) = 142 L

1990: 3,7 - **Port Moresby** 193 (100); Lae 81 (42); Madang 27 (14) = 202 L

2009: 5,9 - **Port Moresby** 308 (100); Lae 73 (24); Arawa 40 (13) = 239 PR

PAQUISTÃO {796} (1900: 139 L; 1925: 109 PO; 1951: 108 PO) **[a,b]**, 26,4/34,3/35,6 em 2009

1972: 64,9 - Karachi' 3.499 (100); Lahore 2.165 (62); Lyallpur 822 (23) = 153 L

1995: 140,5 - Karachi' 9.733 (100); Lahore 5.012 (51); Faisalabad 1.845 (19) = 179 L

2010: 184,4 - Karachi 13.125 (100); Lahore 7.132 (54); Faisalabad 2.849 (22) = 170 L

SRI LANKA {66} (1921: 250 PR; 1953: 251 PR; 1970: 238 PR//) 22,0/22,1/15,1

1972: 13,0 - **Colombo'** 1.450 (100); Jaffna 110 (8); Moratuwa 93 (6) = 278 PR

1990: 17,0 - **Colombo'** 1.935 (100); Jaffna 127 (7); Kandy 104 (5) = 281 PR

2008: 20,2 - **Colombo"** 2.488 (100); Jaffna 151 (6); Negombo !50 (6) = 282 PR

TAILÂNDIA {513} 15,1/20,0/33,6

1967: 32,7 - **Bangkok"** 2.614 (100); Chiang Mai 82 (3); Khorat 75 (3) = 291 PR

1988: 55,0 - **Bangkok'** 8.509 (100); Nakchon Ratchasima 205 (2); Chiang Mai 138 (2) = 294 PR

2009: 66,0 - **Bangkok"** 10.963 (100); Hat Yai 158 (1); Chiang Mai 142 (1) = 297 PR

TAIWAN {36} (1930: 183 L; 1956: 155 L; 1970: 180 L//) **[a]** .../.../81,0 em 2005

1974: 15,9 - **Taipei"** 3.050 (100); Kaohsiung" 1.115 (37); Tainan 513 (17) = 209 L

1990: 20,2 - **Taipei'** 6.105 (100); Kaohsiung' 2.494 (41); Taichung' 1.705 (28) = 190 L

2012: 23,3 - **Taipei'** 6.894 (100); Kaohsiung' 2.786 (40); Taichung' 2.313 (34) = 186 L

TURQUIA {785} (1900: 246 PR; 1925: 278 PR; 1950: 218 PR; 1970:169 L//) **[i]** 41,6/69,2/69,2 em 2009

1973: 37,9 - Istanbul' 3.250 (100); **Ancara'** 1.525 (47); Izmir' 865 (27) = 179 L

1990: 56,5 - Istanbul 6.620 (100); **Ancara** 2.559 (39); Izmir 1.757 (27) = 195 L

2011: 74,3 - Istanbul' 12.947 (100); **Ancara'** 4.223 (33); Izmir' 2.774 (21) = 213 PR

ÁFRICA SUBSAARIANA

ÁFRICA DO SUL {1.221} (1900: 97 PO; 1921: 137 L; 1951: 115 PO) [**b**] 48,0/49,3/62,0

1970: 21,5 - Joanesburgo' 1.433 (100); **Cidade do Cabo**'1.097 (77); Durban' 843 (59) = 87 PO

1991: 26,5 - Joanesburgo" 4.165 (100); **Cidade do Cabo**' 2.350 (56); Durban 1.137 (27) = 161 L

2011: 50,6 - Joanesburgo" (incl. Ekurhuleni) 7.401 (100); **Cidade do Cabo** 3.562 (48); Durban 3.012 (41) = 163 L

BENIN {115} (1926: 75 PO; 1956: 155 L) 21,9/38,4/44,9 em 2011

1973: ... - **Cotonou** 175 (100); **Porto Novo** 97 (55); Natitingou 49 (28) = 162 L

1992: 4,9 - **Cotonou** 533 (100); **Porto Novo** 178 (33); Djougou 133 (25) = 209 L

2013: 10,0 - **Cotonou**" 1.144 (100); **Porto Novo** 264 (23); Parakou 254 (22) = 232 PR

BOTSWANA {581} (1925: 168 L) 12,0/60,0/61,7

1971: 0,6 - Serowe 43 (100); Kanye 39 (91); Molepole 32 (74) = 44 PO

1991: 1,3 - **Gaborone** 134 (100); Francistown 65 (49); Selebi-Pikwe 40 (30) = 172 L

2011: 2,0 - **Gaborone** 232 (100); Francistown 99 (43); Molepole 66 (28) = 186 L

BURKINA FASO (ex- ALTO VOLTA) {271} 6,4/15,9/22,7

1965: ... - **Ouagadougou** 72 (100); Bobo Dioulasso 64 (89); Koudougou 25 (35) = 87 PO

1993: 9,8 - **Ouagadougou** 690 (100); Bobo Dioulasso 300 (43); Koudougou105 (15) = 199 L

2006: 14,0 - **Ouagadougou** 1.475 (100); Bobo Dioulasso 490 (33); Koudougou 88 (6) = 228 PR

BURUNDI {28} 3,2/7,5/10,7 em 2009

1962 (!): 2,3 - **Bujumbura** 45 (100); Muyinga 18 (40); Gitega 15 (33) = 187 L

1990: 5,5 - **Bujumbura** 236 (100); Gitega 21 (9); Bururi 16 (7) = 275 PR

2008: 8,0 - **Bujumbura** 497 (100); Gitega 42 (8); Ngozi 40 (8) = 276 PR

CABO VERDE {4} 21,4/54,2/61,8

1970: 0,3 - Mindelo 28,8 (100); **Praia** 21,4 (74); São Felipe 3,3 (11) = 141 L

1990: 0,3 - **Praia** 62 (100); Mindelo 47 (76); São Felipe 6 (10) = 138 L

2010: 0,5 - **Praia** 128 (100); Mindelo 70 (55); Santa Maria 24 (19) = 171 L

CAMARÕES {475} (1955: 221 PR) [**i**] 26,9/44,7/56,0 em 2007

1970: 5,8 - Douala 250 (100); **Yaoundé** 178 (71); Nkogsamba 71 (28) = 130 L

1987: 10,5 - Douala 810 (100); **Yaoundé** 649 (80); Garona 142 (18) = 122 L

2005: 17,0 - Douala 1.907 (100); **Yaoundé** 1.817 (95) Bomenda 270 (14) = 96 PO

CONGO, REP. DEM. DO (=CONGO-KINSHASA, ex-Zaire) {2.345} (1950: 211 L [**e**] 29,5/28,7/35,9 em 2011

1970: 21,6 - **Kinshasa** 1.323 (100); Kananga 429 (32); Lubumbashi 318 (24) = 211L

1991: 38,5 - **Kinshasa** 3.804 (100); Libumbashi 739 (19); Mbuji-Mayi 613 (16) = 246 PR

2010: 67,8 - **Kinshasa** 8.754 (100); Lubumbashi 1.543 (18); Mbuji-Mayi 1.488 (17) = 247 PR

CONGO, REP. DO (=CONGO-BRAZZAVILLE) {342} [f] 34,9/58,4/61,0

1962 (!): 0,9 - **Brazzaville'** 136 (100); Pointe Noire 79 (58); Dolisie 17 (13) = 171 L
1990: 2,3 - **Brazzaville** 760 (100); Pointe Noire 388 (51); Loubomo (=D.) 63 (8) = 190 L

2007: 3,8 - **Brazzaville** 1.408 (100); Pointe Noire 829 (59); Dolisie 128 (9) = 173 L

COSTA DO MARFIM {321} 32,1/43,4/45,0

1967: 4,0 - **Abidjã** 360 (100); Bouaké 85 (24); Daloa 35 (10) = 242 PR

1988: 11,6 - Abidjã 1.929 (100); Bouaké 330 (17); Daloa 122 (6) = 260 PR

2010: 17,3 - Abidjã' 4.125 (100); **Yamassoukro'** 885 (21); Bouké 643 (16) = 242 PR

ETIÓPIA (sem a Eritreia, separada em 1993) {1.127} (1951: 278 PR) 9,5/15,4/17,0 em 2011

1971: 23,9 - **Adis Abeba** 881 (100); Dire Dawa 51 (6); Dessié 47 (5) = 283 PR

1990: 46,9 - **Adis Abeba** 1.495 (100); Dire Dawa 107 (7); Gondar 88 (6) = 280 PR

2012: 84,3 - **Adis Abeba** 3.041 (100); Mekele 273 (9); Adama 272 (9) = 273 PR

GABÃO {268} [e] 29,2/50,1/85,7

1976 (!): 1,2 - **Libreville** 186 (100); Port Gentil 85 (46); Lambarene 23 (12) = 196 L

1993: 1,0 - **Libreville** 420 (100); Port Gentil 178 (42); Franceville 75 (18) = 198 L

2006: 1,4 - **Libreville** 591 (100); Port Gentil 112 (19); Masukul (=Franceville) 44 (7) = 255 PR

GÂMBIA {12} 17,0/29,0/26,2

1963 (!): 0,3 - **Bathurst** 27,8 (100); Brikama 4,2 (15); Salikene 3,9 (14) = 256 PR

1993: 1,0 - **Banjul'** (ex-B.) 270 (100); Brikama 42 (16); Farafenni 21 (8) = 260 PR

2003 (!): 1,4 - **Banjul'** 524 (100); Brikama 58 (11); Farafenni 20 (4) = 274 PR

GANÁ {238} (1900: 177 L; 1921: 128 L; 1948: 152 L) [a] 30,1/35,9/51,9 em 2011

1970: 8,6 - **Acra'** 738 (100); Kumasi' 345 (47); Sekondi-Takoradi 161 (22) = 185 L

1988: 13,8 - **Acra''** 1.059 (100); Kumasi 385 (36); Tamale 151 (14) = 214 PR

2010: 24,7 - **Acra''** 3.549 (100); Kumasi 2.035 (57); Tamale 371 (10) = 176 L

GUINÉ BISSAU {36} 16,0/21,7/29,9

1970: 0,5 - **Bissau** 71,1 (100); Bafatá 7,7 (11); Bolama 2,5 (4) = 274 PR

1990: 1,0 - **Bissau** 203 (100); Bafatá 18 (9); Gabu 9,5 (5) = 277 PR

2009: 1,5 - **Bissau** 388 (100); Gabu 81 (21); Bafatá 69 (18) = 240 PR

LESOTO {30} 10,8/24,0/23,7

1971: ... - **Maseru** 29 (100); Teyateyaneng 5,9 (20); Mhales Hoek 3,8 (13) = 247 PR

1986: 1,6 - **Maseru** 109 (100); Maputsoe 20 (18); Teyateyaneng 14 (13) = 251 PR

2006: 2,0 - **Maseru** 198 (100); Teyateyaneng 62 (31); Mafeteng 32 (16) = 222 PR

LIBÉRIA {111} (1930: 150 L) 30,4/45,0/47,0

1970: 1,5 - **Monróvia** 96 (100); Buchanan 15 (16); Harper 10 (10) = 258 PR

1985: 2,2 - **Monróvia** 400 (100); Harbel 60 (15); Gbargna 30 (8) = 262 PR

2008: 3,5 - **Monróvia** 1.011 (100), Ganta 41 (4); Buchanan 34 (3) = 289 PR

MADAGASCAR {587} (1900: 244 PR; 1926: 213 PR; 1954: 224 PR) 16,1/26,4/29,8 em 2009

1970: 7,2 - **Tananarive** 344 (100); Tamatawe 57 (17); Majunga 54 (16) = 250 PR

1990: 11,6 - **Antananarivo** (ex-T.) 802 (100); Toamasina 146 (18); Fianarantsoa 125 (16) = 248 PR

2011: 21,3 - **Antananarivo** 2.129 (100); Toamasina 260 (12); Antsirabe 226 (11) = 265 PR

MALAWI {118} (1956: 243 PR) 7,7/13,5/15,3 em 2008

1966: 4,0 - Blantyre 110 (100); **Zomba** 20 (18); Liliongwe 19 (17) = 247 PR

1987: 8,0 - Blantyre 333 (100); **Lilongwe** 223 (67); Mzuzu 44 (13) = 153 L

2011: 15,4 - **Lilongwe** 674 (100); Blantyre 661 (98); Mzuzu 134 (20) = 84 PO

MALI {1.249} (1926: 119 PO; 1957: 208 L) 16,2/26,8/32,4 em 2008

1969: 4,9 - **Bamako** 189 (100); Mopti 34 (18); Ségou 32 (17) = 247 PR

1987: 7,6 - **Bamako** 646 (100); Ségou 89 (14); Mopti 74 (11) = 261 PR

2009: 14,5 - **Bamako** 1.964 (100); Sikasso 226 (12); Koutiala 138 (7) = 269 PR

MAURITÂNIA {1.031} 20,3/51,2/59,6

1971: 1,2 - **Nouakchott** 55 (100); Rosso 13 (24); Kaédi 13 (24) = 228 PR

1988: 1,9 - **Nouakchott** 393 (100); Nouadhibou 59 (15); Kaédi 31 (8) = 262 PR

2005 (!): 3,1 - **Nouakchott** 744 (100); Nouadhibou 95 (13); Rosso (em 2000!) 49 (7) = 267 PR

MOÇAMBIQUE {799} (1920: 146 L; 1950: 194 L) [f] 8,6/33,8/37,6

1970: 8,2 - **Lourenço Marques** 355 (100); Nampula 126 (35); Beira 114 (32) = 198 L

1991: 14,6 - **Maputo** (ex-L.M.) 931 (100); Beira 299 (32); Nampula 250 (27) = 209 L

2009: 21,8 - **Maputo** 1.850 (100); Nampula 515 (28); Beira 442 (24) = 220 PR

NÍGER (1926: 80 PO) {1.267} 10,6/18,2/21,0

1972: 4,2 - **Niamey** 114 (100); Zinder 39 (34); Maradi 37 (32) = 200 L

1988: 7,2 - **Niamey** 392 (100); Zinder 119 (30); Maradi 109 (28) = 212 PR

2011: 15,7 - **Niamey** 1.303 (100); Zinder 275 (21); Maradi 206 (16) = 242 PR

NIGÉRIA {924} (1900:157 L; 1925: 180 L; 1952: 152 L; 1971: 123 L//) [b,d2,f] 23,4/39,6/49,1

1971: ... - **Lagos** 1.476 (100); Ibadan 758 (51); Ogbomosho 387 (26) = 172 L

1991: 88,5 - **Lagos** 5.195 (100); Kano 2.167 (42); Ibadan 1.835 (35) = 181 L

2009: 154,7 - Lagos 10.203 (100); Kano 3.304 (32); Ibadan 2.762 (273) = 209 L

(Obs.: Os dados recentes são objeto de controvérsias)

QUÊNIA {583} (1948: 143 L) [a,f] 12,9/28,6/32,3

1969: 10,9 - **Nairobi** 509 (100); Mombaça 247 (49); Nakuru 47 (9) = 193 L

1989: 23,9 - **Nairobi** 1.429 (100); Mombaça 465 (33); Kisumu 185 (13) = 221 PR

2009: 38,6 - **Nairobi** 3.370 (100); Mombaça 915 (27); Nakuru 286 (8) = 238 PR

SENEGAL {197} (1926: 163 L; 1957: 237 PR) 34,2/43,7/42,6 em 2009

1969: 3,8 - **Dacar** 581 (100); Kaolack 70 (12); Thiès 69 (12) = 264 PR

1988: 6,9 - **Dacar** 1.447 (100); Thiès 185 (13); Saint Louis 161 (11) = 263 PR

2010: 11,9 - **Dacar'** 2.740 (100); Touba 621 (23); Thiès 278 (10) = 244 PR

SERRA LEOA {72} (1954: 255 PR) 21,4/33,3/37,7 em 2008

1963(!): 2,2 - **Freetown** 128 (100); Bo 27 (21); Kenema 13 (10) = 248 PR

1985: 3,5 - **Freetown** 469 (100); Koidu-New Sembihun 80 (17); Bo 26 (6) = 260 PR

2006: 5,1 - **Freetown'** 819 (100); Bo 182 (22); Kenema 149 (18) = 238 PR

SUAZILÂNDIA {17} 14,0/31,1/24,1

1966: 0,4 - Manzini 16 (100); **Mbabane** 13,8 (86); Siteki 3,6 (22) = 106 PO

1986: 0,7 - Manzini 52 (100); **Mbabane** 38 (73); Nhlangano 4 (8) = 146 L

2006: 1,0 - Manzini' 115 (100); **Mbabane** 79 (69); **Lobamba** 11 (10) = 152 L

SUDÃO {2.504} (1951: 219 PR; 1964: 246 PR) 18,9/31,4/39,4 em 2009

1973: 14,1 - **Cartum"** 790 (100); Porto Sudão 133 (17); Kassala 98 (12) = 254 PR

1993: 25,0 - **Cartum"** 3.070 (100); Porto Sudão 305 (10); Kassala 234 (8) = 272 PR

2008: 39,1 - **Cartum"** 4.273 (100); Nyala 493 (12); Porto Sudão 395 (9) = 267 PR

TANZÂNIA {945} (1921: 86 PO; 1949: 141 L) .../.../26,3 em 2011

1967: 12,2 - **Dar-es-Salaam** 273 (100); Zanzíbar 68 (25); Tanga 61 (22) = 228 PR

1988: 24,0 - **Dar-es-Salaam** 1.361 (100); Mwanza 223 (16); Dodoma 204 (15) = 253 PR

2012: 47,7 - **Dar-es-Salaam"** 2.805 (100); Mwanza 458 (16); Zanzíbar 422 (15) = 253 PR

TCHADE {1.284} 15,6/22,2/28,2 em 2011

1968: 3,5 - **Fort Lamy** 133 (100); Sarh 37 (28); Abéché 26 (20) = 224 PR

1992: 6,0 - **N'Djamena** (ex-F.L.) 687 (100); Sarh 130 (19); Moundou 118 (17) = 245 PR

2010: 11,6 - **N'Djamena** 819 (100); Moundou 141 (17); Sarh 119 (15) = 251 PR

UGANDA {241} (1954: 175 L) 8,3/12,5/14,9

1969: 9,5 - **Kampala** 331 (100); Jinja 53 (16); Bugembe P. A. 47 (14) = 254 PR

1991: 16,6 - **Kampala** 773 (100); Jinja 61 (8); Mbale 54 (7) = 277 PR

2011: 32,9 - **Kampala"** 3.095 (100); Gulu 147 (5); Lira 102 (3) = 287 PR

ZÂMBIA {753} (1954: 17 PO) 34,8/43,0/35,7

1969: 4,1 - **Lusaka** 262 (100); Kitwe 200 (76); Ndola 160 (61) = 87 PO

1990: 7,8 - **Lusaka** 982 (100); Ndola 376 (38); Kitwe 349 (36) = 188 L

2010: 15,4 - **Lusaka** 1.743 (100); Kitwe 504 (29); Ndola 455 (26) = 216 PR

ZIMBABWE (ex-Rodésia) {391} (1955: 137 L) [a] 19,6/31,8/38,3 em 2010

1971: 5,6 - **Salisbury'** 463 (100); Bulawayo 284 (61); Gwelo 52 (11) = 167 L

1992: 9,9 - **Harare'** (ex-S.) 1.478 (100); Bulawayo' 621 (42); Mutare 131 (9) = 207 L

2012 : 12,6 - **Harare'** 2.098 (100); Bulawayo 655 (31); Mutare 188 (9) = 229 PR

AMÉRICA DO NORTE E OCEANIA PRIMEIROMUNDISTAS

- América do Norte

CANADÁ {9.985} (1900: 150 L; 1921: 100 PO; 1951: 102 PO) [b,c,d1, h] 75,6/76,7/80,2 em 2006

1971: 21,6 - Montreal' 2.743 (100); Toronto' 2.628 (96); Vancouver' 1.082 (39) = 69 PO
 1991; 27,3 -Toronto' 3.893 (100); Montreal' 3.127 (80); Vancouver ` 1.622 (42) = 98 PO
 2011; 33,5 - Toronto' 5.583 (100); Montreal' 3.824 (68); Vancouver 2.313 (41) = 123 L

ESTADOS UNIDOS {9.388} (1900: 186 L; 1925: 172 L; 1950: 187 L) [**c,d1,d2,d2',h,j**] 73,7/76,2/83,5

1970: 204,0 - Nova York' 16.037 (100); Chicago' 7.521 (47); Los Angeles' 7.032 (44) = 162 L

1990: 248,7 - Nova York' 16.846 (100); Los Angeles' 11.273 (67); Chicago 8.182 (49) = 117 PO

2.010: 306,7 - Nova York' 18.897 (100); Los Angeles' 12.828 (68); Chicago' 9.461 (50) = 114 PO

- Oceania

AUSTRÁLIA {7.692} (1900: 70 PO; 1927: 98 PO; 1950:108 PO) [**c, d1**] 85,9/84,7/89,2

1971: 12,7 - Sydney' 2.717 (100); Melbourne' 2.389 (88); Brisbane' 817 (30) = 94 PO

1990: 17,1 - Sydney 3.656 (100); Melbourne 3.080 (84); Brisbane 1.302 (36) = 96 PO

2011: 21,5 - Sydney' 4.028 (100); Melbourne' 3.847 (96); Brisbane' 1.977 (49) = 59 PO

NOVA ZELÂNDIA {271} (1900: 52 PO; 1926: 113 PO; 1950: 120 PO; 1966: 179 L//) [**a**] 82,8/85,9/86,0

1971: 2,9 - Auckland' 650 (100); Christchurch' 276 (42); **Wellington'** 137 (21) = 195 L

1989: 3,4 - Auckland' 851 (100); **Wellington'** 325 (38); Christchurch' 302 (35) = 189 L

2010: 4,4 - Auckland' 1.355 (100); Christchurch' 390 (29); **Wellington'** 390 (29) = 213 PR

AMÉRICA LATINA E CARIBE

ARGENTINA {2.780} (1900:265 PR; 1924: 267 PR; 1950: 274 PR} 80,7/88,1/92,2 em 2009

1970: 23,4 - **Buenos Aires'** 8.352 (100); Rosário' 811 (10); Córdoba' 799 (10) = 273 PR

1991: 32,4 - **Buenos Aires'** 12.582 (100); Córdoba 1.172 (9); Rosário 1.078 (9) = 273 PR

2010: 40,1 - **Buenos Aires'** 13.361 (100); Córdoba 1.445 (11); Rosário 1.240 (9) = 269 PR

BELIZE (até 1973: Honduras Britânico) {23} 50,2/46,5/44,7

1970: 0,1 - Belize 39 (100); Stan Creek 6,9 (18); Orange Walk 5,4 (14) = 250 PR

1990: 0,2 - Belize 44 (100); Orange Walk 10,4 (24); San Ignacio-Santa Elena 7,9 (18) = 234 PR

2010: 0,3 - Belize 54 (100); San Ignacio-Santa Elena 16,9 (31); Orange Walk 13,4 (25) = 213 PR

BOLÍVIA {1.099} (1900: 136 L; 1926: 221 PR; 1950: 230 PR) 41,5/60,5/66,4
1970: 4,9 - **La Paz** 562 (100); Cochabamba 150 (27); Santa Cruz de la Sierra 125
(22) = 224 PR
1992: 6,4 - **La Paz** 1.115 (100); Santa Cruz de la Sierra 695 (62); Cochabamba 404
(36) = 140 L
2010: 9,9 - **La Paz** 1.847 (100); Santa Cruz de la Sierra 1.699 (92); Cochabamba'
1.050 (57) = 59 PO

BRASIL {8.515} (1900: 215 PR; 1920: 176 L; 1950: 131 L) [**c,d1,d2,d2',e**] 61,1/
78,4/84,3
1970: 93,2 - São Paulo" 7.630 (100); Rio de Janeiro" 6.535 (86); Recife" 1.472 (19) =
109 PO
1991: 146,2 - São Paulo' 16.417 (100); Rio de Janeiro' 9.888 (60); Belo Horizonte'
3.899 (24) = 156 L
2010: 190,8 - São Paulo' 19.864 (100); Rio de Janeiro' 11.872 (60); Belo Horizonte'
5.414 (27) = 153 L

CHILE {756} (1900: 184 L; 1926: 204 L; 1952: 242 PR) 78,4/83,9/89,2 em 2011
1970: 8,8 - **Santiago**' 2.662 (100); Valparaíso+Viña Del Mar" 432 (16);
Concepción+Talcahuano 327 (12) = 256 PR
1992: 13,2 - **Santiago**' 5.180 (100); **Valparaiso**+Viña Del Mar" 758 (15);
Concepción+Talcahuano 578 (11) = 259 PR
2012: 17,4 - **Santiago**' 6.686 (100); **Valparaiso**+Viña Del Mar" 934 (14);
Concepción+Talcahuano 374 (6) = 266 PR

COLÔMBIA{1.142} (1900: 200 L; 1924: 152 L; 1951: 146 L) [**e**] 60,7/72,6/75,3
1973: 20,8 - **Bogotá** 2.855 (100); Medellín' 1.417 (50); Cali' 923 (32) = 168 L
1994: 34,5 - **Bogotá** 5.131 (100); Medellín" 2.070 (40); Cali 1.687 (33) = 187 L
2011: 44,7 - **Bogotá** 8.759 (100); Medellín 3.592 (41); Cali 2.783 (32) = 186 L

COSTA RICA {51} (1888: 207 L; 1927: 255 PR; 1956: 250 PR) 41,3/49,3/63,9 em
2009
1971: 1,8 - **São José** 211 (100); Alajuela 30 (14); Heredia 25 (12) = 260 PR
1995: 3,3 - **São José** 959 (100); Limón 57 (6); Alajueala 49 (5) = 283 PR
2011: 4,3 - **São José** 1.188 (100); Puntarenas 71 (6); Limón 60 (5) = 283 PR

CUBA {110} (1900: 218 PR; 1926: 254 PR; 1953: 263 PR) 64,2/75,8/57,8 em 2011
1970: 8,6 - **Havana**' 1.751 (100); Santiago de Cuba 278 (16); Camaguey 198 (11) =
257 PR
1989: 10,5 - **Havana** 2.078 (100); Santiago de Cuba 397 (19); Camaguey 279 (13) =
249 PR
2010: 11,2 - **Havana** 2.135 (100); Santiago de Cuba 426 (20); Camaguey 306 (14) =
246 PR

EL SALVADOR {21} (1890: 38 PO; 1926: 87 PO; 1955: 222 PR; 1965: 230 PR//) 40,4/
45,0/62,7
1971: 3,5 - **São Salvador**" 600 (100); Santa Ana 96 (16); São Miguel 59 (10) =
258 PR
1992: 5,5 - **São Salvador**' 1.512 (100); Santa Ana 139 (9); São Miguel 128 (8) =
274 PR
2007: 5,7 - **São Salvador**' 1.697 (100); Santa Ana 204 (12); São Miguel 158 (9) =
267 PR

EQUADOR {256} (1900: 114 PO; 1925: 103 PO; 1950: 116 PO) [e] 42,4/58,9/62,8
 1972: 6,5 - Guaiquil 820 (100); **Quito** 565 (69); Cuenca 105 (13) = 149 L
 1990: 9,6 - Guaiquil 1.508 (100); **Quito** 1.101 (73); Cuenca 195 (13) = 141 L
 2010: 14,5 - Guaiquil 2.279 (100); **Quito** 1.608 (71); Cuenca 330 (14) = 144 L

GUATEMALA {109} (1889: 197 L; 1927: 210 L; 1950: 275 PR) 36,7/38,9/49,8 em 2011
 1970: 5,2 - **Guatemala** 731 (100); Quezaltenango 71 (10); Escuintla 70 (10) = 270 PR
 1991: 9,5 - **Guatemala'** 2.018 (100); Quezaltenango 93 (5); Escuintla 63 (3) = 287 PR
 2012: 15,1 - **Guatemala'** 3.208 (100); Quezaltenango 225 (7); Escuintla 162 (5) = 281 PR

GUIANA {215} 30,0/35,4/38,5 em 2005
 1970: 0,7 - **Georgetown** 168 (100); Linden 29 (17); New Amsterdam 23 (14) = 252 PR
 1992: 0,7 - **Georgetown** 249 (100); Linden 27 (11); New Amsterdam 18 (7) = 271 PR
 2006: 0,8 - **Georgetown** 237 (100); Linden 45 (19); New Amsterdam 36 (15) = 247 PR

(Obs.: dados pouco confiáveis)

HAITI {28} (1890: 178 L; 1925: 256 PR; 1950: 252 PR; 1971: 260 PR//) 21,7/31,8/
 53,4 em 2011
 1971: 4,2 - **Porto Príncipe'** 494 (100); Cap Haitien 46 (9); Gonaives 29 (6) = 276 PR
 1992: 6,8 - **Porto Príncipe'** 1.255 (100); Cap Haitien 92 (7); Gonaives 63 (5) = 281 PR
 2009: 9,5 - **Porto Príncipe'** 2.296 (100); Cap Haitien' 245 (11); Gonaives 228 (10) = 268 PR

HONDURAS {112} (1926: 214 PR; 1950: 167 L) [e] 32,1/43,8/50,8
 1968: ... - **Tegucigalpa** 206 (100); San Pedro Sula 103 (50); La Ceiba 34 (17) = 183 L
 1989: 4,5 - **Tegucigalpa"** 608 (100); San Pedro Sula 300 (49); La Ceiba 72 (12) = 190 L
 2009: 7,4 - **Tegucigalpa** 991 (100); San Pedro Sula 646 (65); Choloma 224 (23) = 147 L

JAMAICA {11} (1925: 278 PR; 1953: 284 PR) 44,1/53,7/52,0 em 2009
 1970: 1,9 - **Kingston'** 476 (100); Montego Bay 43 (9); Spanish Town 42 (9) = 273 PR
 1991: 2,4 - **Kingston'** 643 (100); Spanish Town 92 (14); Montego Bay 83 (13) = 259 PR
 2011: 2,7 - **Kingston"** 914 (100); Montego Bay 110 (12); May Pen 62 (7) = 269 PR

MÉXICO {1.964} (1900: 214 PR; 1921: 238 PR; 1950: 266 PR; 1970: 256 PR//) 62,8/
 73,4/77,8
 1973: 54,3 - **México"** 10.700 (100); Guadalajara" 1.800 (17); Monterrey" 1.460 (14) = 252 PR
 1990: 81,1 - **México'** 15.564 (100); Guadalajara' 3.004 (19); Monterrey' 2.667 (17) = 245 PR
 2010: 112,3 - **México'** 20.117 (100); Guadalajara' 4.435 (22); Monterrey' 4.090 (20) = 236 PR

NICARÁGUA {130} (1900: 90 PO; 1920: 90 PO; 1950: 226 PR; 1973: 237 PR//) 50,3/62,1/55,9 em 2005

1971: ... - **Manágua** 385 (100); León 55 (14); Granada 35 (9) = 263 PR

1995: 4,4 - **Manágua** 864 (100); León 124 (14); Chinandega 97 (11) = 261 PR

2009: 5,7 - **Manágua** 1.084 (100); León 156 (14); Masaya 110 (10) = 262 PR

PANAMÁ {76} (1890: 203 L; 1923: 195 L; 1950: 206 L) 49,0/55,6/74,8

1970: 1,4 - **Panamá** 418 (100); Colón 68 (16); David 36 (9) = 259 PR

1990: 2,4 - **Panamá** 788 (100); David 65 (8); Colón 55 (7) = 277 PR

2010: 3,4 - **Panamá** 1.378 (100); Colón 206 (15); David 145 (11) = 259 PR

PARAGUAI {407} (1900: 200 L; 1926: 265 PR; 1950: 279 PR) 39,0/52,4/61,9 em 2011

1972: 2,6 - **Assunção** 473 (100); Encarnación 19 (4); Concepción 18 (4) = 288 PR

1992: 4,1 - **Assunção** 930 (100); Ciudad del Este 134 (14); Encarnación 56 (6) = 266 PR

2013: ... - **Assunção** 1.632 (100); Ciudad del Este 284 (17); Encarnación 67 (4) = 262 PR

PERU {1.285} (1900: 229 PR; 1921: 250 PR; 1956: 280 PR) 61,5/70,9/75,9

1972: 13,6 - **Lima** 3.270 (100); Arequipa 305 (9); Trujillo 242 (7) = 274 PR

1993: 22,1 - **Lima** 6.321 (100); Arequipa 619 (10); Trujillo 509 (8) = 272 PR

2007: 27,4 - **Lima** 8.473 (100); Arequipa 785 (9); Trujillo 683 (8) = 274 PR

REPÚBLICA DOMINICANA {49} (1890: 88 PO; 1926: 146 L; 1950: 228 PR) 45,3/61,9/74,4

1970: 4,1 - **São Domingos** 671 (100); Santiago 155 (23); San Francisco de Macoris 37(6) = 248 PR

1989: 7,0 - **São Domingos** 2.200 (100); Santiago 467 (21); La Vega 189 (9) = 249 PR

2010: 9,4 - **São Domingos** 3.339 (100); Santiago 551 (17); La Romana 225 (7) = 259 PR

URUGUAI {176}(1900: 293 PR; 1926: 280 PR; 1953: 281 PR) 83,1/90,3/94,7

1963 (!): 2,6 - **Montevidéu** 1.155 (100); Salto 58 (5); Paisandu 52 (5) = 285 PR

1985: 3,0 - **Montevidéu** 1.248 (100); Salto 80 (5); Paisandu 75 (6) = 282 PR

2011: 3,3 - **Montevidéu** 1.471 (100); Paisandu 79 (5); Rivera 64 (4) = 286 PR

VENEZUELA {916} (1900: 171 L; 1926: 161 L; 1950: 217 PR) 75,8/85,8/93,7 em 2009

1971: 10,7 - **Caracas** 2.175 (100); Maracaibo 652 (30); Valência 363 (17) = 223 PR

1990: 19,4 - **Caracas** 1.932 (100); Maracaibo 1.250 (65); Valência 904 (47) = 123 L

2007: 26,0 - **Caracas** 2.985 (100); Maracaibo 2.092 (70); Valência 1.770 (59) = 101 PO

INTERPRETAÇÃO GENÉRICA DOS RESULTADOS

A tabela 1 retratará a distribuição dos blocos macro-regionais por tipos de encabeçamento nos três momentos considerados. A de número 2, a dinâmica observada em cada tipo de encabeçamento apresentado na fase inicial.

Tabela 1 – Número de países por tipo de encabeçamento

Macroregião	1970 ou ano próximo			1990 ou ano próximo			2010 ou ano próximo			Total de casos
	PO	L	PR	PO	L	PR	PO	L	PR	
Europa, exceto países resultantes de subdivisões	4 17,4%	8 34,8%	11 47,8%	3 13,0%	9 39,1%	11 47,8%	3 13,0%	6 26,1%	14 60,9%	23
Países resultantes de subdivisões (Europa e Ásia)	4 16,0%	7 28,0%	14 56,0%	3 12,0%	9 36,0%	13 52,0%	1 4,0%	8 32,0%	16 64,0%	25
África do Norte e Oriente Médio	4 28,6%	8 57,1%	2 14,3%	4 28,6%	4 28,6%	6 42,9%	2 14,3%	4 28,6%	8 57,1%	14
Ásia (exceto os dois blocos anteriores)	2 9,0%	10 45,5%	10 45,5%	2 9,1%	8 36,4%	12 54,5%	2 9,1%	4 18,2%	16 72,7%	22
África Subsaariana	5 14,7%	13 38,2%	16 47,1%	- 0,0%	14 41,2%	20 58,8%	2 5,9%	7 20,6%	25 73,5%	34
América Latina e Caribe	1 4,5%	3 13,6%	19 81,8%	- 0,0%	6 27,3%	17 72,7%	2 8,7%	4 18,2%	17 72,7%	23
"Países novos" primeiromundistas (América e Oceania)	2 50,0%	2 50,0%	- 0,0%	3 75,0%	1 25,0%	- 0,0%	2 50,0%	1 25,0%	1 25,0%	4
TOTAL DE PAÍSES LEVANTADOS	22 15,2%	51 35,2%	72 49,7%	15 10,3%	49 33,8%	80 54,5%	14 9,7%	32 22,1%	97 66,9%	145

PO = encabeçamento policéfalo; L = encabeçamento lognormal; PR = encabeçamento primaz

Tabela 2 - Dinâmica evolutiva dos sistemas urbanos quanto ao tipo de encabeçamento

Macro-região*	Inicialmente policéfalo (PO)					Inicialmente lognormal (L)					Inicialmente primaz (PR)					Total
	PO	PO	PO	L	PR	L	L	L	PR	PR	PR	PR	PR	PR		
	↓ PO	≈ PO	↑ PO	↑ PO	↑ PO	↓ PO	↓ L	≈ L	↑ L	↑ L	↓ PR	↓ PR	↓ PR	≈ PR	↑ PR	
Europa	1	-	2	1	-	-	-	-	5	3	-	-	5	4	2	23
P.Sub.	1	-	-	3	-	-	3	-	2	2	-	-	1	7	6	25
AfNOM	1	1	-	1	1	-	2	-	1	5	-	-	1	-	1	14
Ásia	2	-	-	-	-	-	1	1	1	7	-	1	3	3	3	22
AfSubS	-	-	-	3	2	1	-	2	2	8	1	-	4	2	9	34
ALatC	-	-	-	1	-	-	1	1	1	-	2	-	5	7	5	23
PNPrM	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4
Total	6	1	2	10	3	2	7	4	12	26	3	1	19	23	26	145

Símbolos: ↓ - diminuição do índice de encabeçamento; ≈ - oscilação, idem; ↑ aumento, idem (permanecendo na mesma categoria ou passando de uma a outra, conforme as iniciais indicadas) * Para a decodificação das abreviações veja-se a tabela 1, em que as macro-regiões estão na mesma sequência.

O universo de países examinados no presente estudo não coincide inteiramente com o anterior, o que se traduz inclusive no número de casos examinados, 130 naquele e 145 neste. Assim, não há uma comparabilidade integral entre os dados obtidos para 1970 (ou ano próximo) nos dois artigos. Mas é possível avaliar a perma-

nência ou não de tendências. Já nos referimos acima à constatação do aumento dos casos de encabeçamento primaz ao longo do tempo, chegando na ocasião referida a índices oscilando entre 50,0% e 53,7% conforme a extensão do período analisável e a 49,2% quando incluídos os países passíveis de examinar apenas por volta de 1970. O encabeçamento primaz revelara-se, portanto, a forma mais numerosa das três elencadas, eis que o lognormal e o policéfalo dividiam, de forma desigual, a outra metade.

Pelo estudo atual (tabela 1) obtivemos que na época de 1970 os países com encabeçamento primaz perfaziam 49,7% dos países agora considerados, índice semelhante aos acima expostos, cifra que subiu a 54,5% na fase de 1990 e a 66,9% na de 2010. Ou seja, a tendência ascensional verificada no período anterior se manteve, elevando a categoria à situação de maioria absoluta incontestada. Reforçou-se também a taxa de permanência na categoria, que era de 89,6% no período enfeixado no estudo anterior, passando a 94,4% no atual (tabela 2). Contraponha-se a isso os 45,1% que permaneceram na categoria de encabeçamento lognormal e os escassos 16,4% na de encabeçamento policéfalo! Dentre os países que no artigo pretérito foram apontados como tendentes a evoluírem ao encabeçamento primaz que ainda não tinham, dos 14 que puderam ser incluídos na análise atual⁵, em 10 o fato se concretizou.⁶

Esse aumento na incidência dos países com encabeçamento primaz e de sua persistência nessa situação é muito impressionante quando consideramos a ocorrência cada vez mais intensa das chamadas "deseconomias de aglomeração", à medida que a cidade proeminente cresce de modo desmesurado, implicando em maior aglomeração de pessoas e bens em alguns pontos focais e na extensão cada vez maior da área edificada, implicando em maiores distâncias, com problemas de trânsito e meios de transporte para vencê-los, tudo gerando, ao menos em teoria, decréscimos na qualidade de vida, sem falar nos problemas de abastecimento de água e outros que se agravam em urbes muito grandes. Além disso, os modernos meios de comunicação possibilitam às pessoas efetuarem compras, mesmo de produtos ou serviços muito especializados, através de escolhas e pedidos pela *internet*, dispensando a presença física do comprador em estabelecimentos que em geral existem apenas em urbes de certo porte. Outra atividade que pode prescindir da localização numa grande cidade é a dos *call centres* de empresas, que podem ser instalados em qualquer lugar, dando atendimento nacional, ou mesmo internacional, a julgar pelos instalados na Índia, voltados a países anglófonos. Pois, frise-se, novamente, apesar de tudo isso, cresceu o número de países em que a maior cidade galgou a referida proeminência, bem como a tendência de nela permanecer.

Dentre as cidades primazes (as que estão em primeiro lugar nos países com encabeçamento primaz, consideradas em termos de aglomeração urbana, quando é o caso), nada menos que 92 das 97, ou seja 94,8 por cento delas são capitais nacionais dos respectivos países. É verdade que em dois casos (Cotonou, no Benin, e Santiago, no Chile) são capitais que dividem a função com outras cidades (Porto Novo e Valparaíso, respectivamente), mas isso não diminui aquela acentuada proeminên-

⁵ Chipre, um dos que estavam na situação descrita, não pôde ser incluído agora, pois os dados disponíveis não permitem acompanhar a evolução separada das duas partes em que o país se dividiu. A Somália foi excluída da presente abordagem por ter deixado de existir como Estado organizado, achando-se subdividido informalmente em alguns países "de fato" e áreas tribais sem estrutura definida.

⁶ Entre aqueles em que isso não se verificou destacam-se a Espanha e a Itália, com relação aos quais no trabalho anterior não atentamos adequadamente ao desenvolvimento suburbano, extra-comunal, que a segunda e a terceira cidade de cada um conheceram já por volta de 1970, razão pela qual a então apontada tendência à primazia na realidade não ocorria.

cia. Das cinco cidades primazes restantes, três já foram capitais; a saber: Yangon (no Mianmar), Istambul (na Turquia) e Abidjã (na Costa do Marfim). À exceção de Istambul trata-se de transferências relativamente recentes, sendo provável que algumas funções administrativas ainda continuem a ser exercidas ali, como se verificou por longo tempo no Rio de Janeiro, após a mudança da capital federal a Brasília. Passando em revista a listagem de páginas atrás, é de notar que também em países de encabeçamento não primaz, a capital (representadas em negrito, conforme se recorda) geralmente é a maior cidade do país, embora sem a proeminência das acima referidas. O total de países em que a capital é a maior cidade (ou aglomeração urbana) soma 126 dos 145 abrangidos neste estudo, correspondendo, pois, a 86,9 por cento do total, índice superior ao correlato apurado no estudo anterior para os 131 países que puderam ser analisados com relação ao ano de 1970 (ou próximo), que apontava 81,7 por cento.

Saliente-se, também, que em alguns países, capitais instaladas em tempo relativamente recente estão galgando posição dimensional destacada no respectivo sistema urbano. Veja-se os casos de Yamassoukro, na Costa do Marfim, fundada e tornada capital em 1983 e já segunda maior cidade em 2010, de Naypydaw, em Mianmar, com início da construção em 2002 e instalação da capital em 2005, figurando já como terceira maior cidade do país em 2007 (é verdade que incluindo em sua área alguns núcleos urbanos preexistentes, a certa distância). No Cazaquistão, em 1997, a capital foi transferida à cidade preexistente de Tselinograd, renomeada Astana, que em 1991 era a oitava maior do país, com 286 mil habitantes, passando a segunda maior, com 639 mil em 2009. Em Malawi, a nova capital Lilongwe chegou a se tornar a maior cidade do país, fato que será retomado adiante, sob outro enfoque. *Last but not least*, cite-se um caso bem nosso conhecido: Brasília, fundada e ato contínuo tornada capital em 1961, planejada para chegar a 500 mil habitantes em 2000, já contava com pouco mais de dois milhões nesse ano e com quase dois milhões e meio em 2010, sendo como tal a quarta maior cidade, em sentido estrito, do Brasil. (Em termos de aglomeração a comparação é difícil, pois a delimitação apresentada nas estatísticas oficiais é de "região de desenvolvimento econômico", de abrangência ainda maior que as "regiões metropolitanas" propostas para as capitais estaduais.) Em nível de *estados-membro*, as capitais estaduais brasileiras planejadas, construídas para esse fim há mais tempo, também apresentam esse quadro: Belo Horizonte, Teresina, Aracaju e Goiânia superaram em muito as antigas. Os Estados Unidos são uma exceção à regra, tanto em nível federal quanto no estadual, pois as respectivas capitais dificilmente correspondem à maior cidade do respectivo espaço.

Enfim, se o mais comum é a capital ser instalada na maior cidade quando da instalação de um país independente, é inegável a força que a função político-administrativa tem para impulsionar as cidades em que se acha instalada (mesmo não sendo inicialmente a maior) para frente. A presente pesquisa revelou que essa tendência está em ascensão. O volumoso contingente de políticos e funcionários já conta, mas sem dúvida o prestígio e a atração exercida sobre outras funções urbanas e habitantes são fundamentais, havendo ainda o fato de as capitais geralmente contarem com recursos do governo central, que se somam aos da respectiva administração local, para dotação de boa infraestrutura e o embelezamento da cidade, vista quase sempre como vitrine do país.

A propósito da evolução da dianteira dimensional das capitais, convém examinar o que se verifica nesse particular com as dos numerosos países que eram comunistas e se converteram em capitalistas por volta do ano de 1990, precisamente um dos momentos cronológicos estabelecidos no presente estudo. A razão da indagação é a provável alteração da natureza da função político-administrativa, concomitante com a mudança de sua atuação, antes mais abrangente sobre a governança da atividade econômica, em maior escala tocada pela iniciativa estatal, depois passando

gradualmente à iniciativa privada, por certo mais administrada nos locais de seu exercício, dispersos pelo país. Dentre os seis países ex-comunistas que não foram subdivididos (Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Mongólia), todos com a capital instalada na maior cidade, em cinco houve aumento do índice de primazia entre aquele ano e 2010 (ou anos próximos em ambos os períodos), embora muito modesto no caso da Hungria. Apenas na Romênia a proeminência da capital diminuiu um pouco. Enfim, ao contrário do que pelo raciocínio exposto se poderia esperar, a atração das capitais nacionais aumentou.

Nos países da Europa e da Ásia que resultaram de desmembramentos recentes de países anteriormente comunistas, também por volta de 1990, as capitais, todas instaladas na maior cidade de cada um, se enquadram em dois tipos:

- 1 – As que foram capitais dos países anteriores à subdivisão (União Soviética, Tchecoslováquia e Iugoslávia) e passaram agora a ser capitais de países menores (Rússia, República Tcheca e Sérvia), o que pressuporia uma redução de suas funções político-administrativas. Não obstante, em duas, Moscou e Praga, sua proeminência nos sistemas urbanos nacionais aumentou (do índice 182 a 203 e de 210 a 217, respectivamente).
- 2 – Nos demais casos, à exceção de Tiraspol (capital da Transnístria), as novas capitais nacionais anteriormente foram capitais das unidades federadas (estados, diríamos no Brasil) das quais resultaram os novos países, conhecendo com isso uma elevação do nível de sua função político-administrativa, que de regional passou a nacional, logo de maior importância, situação oposta às três comentadas no item anterior. Isso por certo implica em aumento dimensional em termos de funcionalismo público e seu reflexo em maior mercado de consumo local, gerando mais empregos, além de outras atividades econômicas e culturais que uma capital, sobretudo em sendo a maior cidade do país, costuma atrair. Excetuando do exame os casos da Bósnia-Herzegovina e Kosovo, tumultuados por guerras e dissensões étnicas durante o período, temos que dos 19 países enquadrados, em 16 o índice de primazia das capitais aumentou, incluindo-se no cômputo o Cazaquistão, em que a dianteira da antiga capital, Almaty (ex-Alma Ata) cresceu apesar da transferência da capital a Astana, conforme já comentado.

Enfim, como nos países ex-comunistas que permaneceram em seus limites territoriais anteriores, nos resultantes de desmembramentos a atração pelas capitais aumentou, inclusive em duas das três que passaram a comandar um espaço menor.

Apesar de serem majoritários os casos em que a hegemonia dimensional da maior cidade do país se acentua, também não faltam exemplos em que a cidade primaz vê sua dianteira se reduzir, apenas em quatro casos caindo a uma situação de encabeçamento não primaz, mas em não desprezíveis dezenove em que ela permanece primaz, mas com índice menor. Entre os primeiros destaca-se La Paz, sede dos poderes legislativo e executivo da Bolívia, que de um índice de 224 descamba a um de 59, caracterizando um encabeçamento policéfalo, o que se deveu, sobretudo, à ascensão de Santa Cruz de la Sierra, localizada em ampla região mais baixa e plana, que conheceu recente desenvolvimento econômico. Situação parecida ocorreu na Venezuela, com o grande desenvolvimento das cidades de Maracaibo e Valência, levando o índice de primazia de Caracas a cair de 223 a 101.

Semelhante dinâmica, mas com inversão de papéis, ocorreu no Malawi, onde em 1966, ano de sua independência, Blantyre, com 110 mil habitantes, era a cidade primaz (índice de 247), enquanto a capital Zomba contava com apenas 20 mil e Lilongwe, em terceiro lugar, com 19 mil. Em 1975 a capital foi transferida a Lilongwe, de localização central nesse país alongado, no qual as duas outras cidades ficam na porção sulina, tendo-se decidido em 2004 transferir todas as atividades administrati-

vas à nova sede, o que levou Lilongwe à primeira posição em 2011, com 674 mil moradores, secundada de perto por Blantyre, com 661 mil, caindo o índice de primazia a 84, retratando encabeçamento policéfalo.

Porém, como adiantado acima, são mais numerosos os casos de abrandamento sutil da primazia, sem que o índice desça a patamares inferiores de encabeçamento, ou seja lognormal e policéfalo. Isso já vem ocorrendo, em alguns casos, desde períodos anteriores aos enfocados no presente texto, sobretudo a partir de 1950 (LANGENBUCH, 1981, p. 87-99). Ao contrário das situações de queda abrupta do índice, referidas acima, as agora mencionadas em geral não decorrem da repentina projeção de alguma cidade originalmente em posição inferior, mas de um ritmo menor no crescimento da cidade primaz contrabalançada por um mais intenso de outras cidades, sem que nenhuma delas se realce de forma muito notável. Em geral isso decorre de uma inversão no saldo das migrações internas, antes prevalecendo as das pequenas cidades rumo à maior (ou às maiores), agora desta(s) para aquelas. Essa alteração decorre em geral do aumento das deseconomias de aglomeração nas grandes urbes, com aumento de custos fundiários, mão de obra mais cara, perda de tempo e despesa em longos deslocamentos internos por vias cada vez mais congestionadas etc., compensadas pelas situações opostas em cidades menores ou no próprio campo. A valorização cada vez maior de um contato mais próximo com a natureza, mais fácil nesses ambientes, também passou a funcionar como atrativo às pessoas em migrar nessa direção reversa.

O fenômeno ora em tela, não se limitando à alteração entre a cidade primaz e as demais do país, mas entre grandes e pequenas de modo geral, inclusive em países com outros tipos de encabeçamento, foi abordado por Berry em 1976, que enfocando de modo específico os Estados Unidos (que não tem encabeçamento primaz) o rotulou de "contra-urbanização", óbvio antônimo de "urbanização", sendo esse termo retomado por Fielding em 1982, o qual enfocou a Europa Ocidental, cumprindo mencionar que entretantes muitos estudiosos enfocaram a questão, sem citar o termo, aparentemente tendo percebido o fenômeno de forma autônoma (LANGENBUCH, 1999, p. 34).

Também em países nos quais que além da capital há outras cidades de relativo porte, como a França, a contra-urbanização afetou bastante a posição relativa da aglomeração primaz, Paris, eis que o índice caiu progressivamente de 267 em 1950 a 255 em 2010. No caso, essa queda relativa pode ser atribuída em parte a uma política de descentralização encetada em 1963, procurando recentralizar o desenvolvimento urbano nas *metrópoles d'équilibre*, definindo-se oito cidades de grande porte ou conurbações como tais (ROSS; COHEN, 1975, p. 745-748; ROCHEFORT, 1975, p. 39-43). No Reino Unido houve uma política um pouco diferente para desafogar Londres, consistindo na criação de oito *new towns* (cidades novas) numa faixa além dos últimos subúrbios, mas ainda bem próximas à capital, com o intuito de, através de atração de moradores, mas também atividades econômicas ao local, propiciar certo nível de autossuficiência a elas em termos de mercado de trabalho. Esse intento foi alcançado apenas parcialmente, eis que boa parte dos moradores dessas *new towns* trabalha em Londres, deslocando-se diariamente (JOHNSTON, 1980, p.140). Lá, a primazia dessa capital foi caindo até 1971, passando o sistema urbano do país a encabeçamento lognormal, mas voltou a subir desde então a primaz, com índice de 214 em 1991 e 223 em 2011.

Com relação aos exemplos ora enfocados, é perceptível que se trata de dois processos distintos, o de Paris comportando transferências inter-regionais, e o de Londres dela a uma periferia pós-suburbana, processo que tem sido rotulado de "exurbanização", não sendo considerado contra-urbanização por Butzin (1988, p. 6) e vários outros autores. O que importa para o presente estudo é que em muitos casos,

quando a região metropolitana é delimitada de modo muito extenso, a exurbanização pode nem sequer ser percebida nas estatísticas demográficas genéricas, pois áreas além da faixa realmente suburbana ainda a integram. Isso ocorre, entre outras, nas regiões metropolitanas brasileiras. Assim, por exemplo, pessoas que se mudam de algum bairro de São Paulo ao município de Juquitiba ou ao de Salesópolis, bastante afastados, onde áreas rurais ainda imperam, integram um movimento típico de exurbanização, mas continuam sendo computados como moradores da Grande São Paulo, continuando a pesar no respectivo índice de primazia. Trata-se de um viés informativo que nem sempre pôde ser contornado adequadamente no levantamento de dados para a presente pesquisa.

O verificado no Reino Unido sugere a ocorrência de reversão no processo de contra-urbanização, dinâmica que Champion (1989 e 1994) aponta a propósito desse país e de outros da Europa, sugerindo a tendência a uma evolução cíclica. Berry, em trabalho mais recente (1988), indica a ocorrência de tais inversões nos Estados Unidos, a intervalos mais longos, relacionando cada uma das direções a períodos de crescimento econômico resultando em acentuação da urbanização, e depressão em urbanização menos intensa ou contra-urbanização. Em escala cronológica oposta, reduzida a períodos anuais, Burnley (1988, p.278) constatou essa inversão de fluxos na Austrália, predominando os interior-metrópoles nos anos 1982-3 e 1985-6⁷ e os metrópoles-interior no biênio interpolado. Também a flutuação no fluxo da imigração internacional influi nessa oscilação direcional, já que os imigrantes tendem a preferir as grandes cidades, conforme mostram Frey (1989, p. 53; 1995, p. 739), Court (1989, p. 129) e Vining e Pallone (1982, p. 359) a propósito dos Estados Unidos, Dinamarca e Suécia, respectivamente. Mas não são apenas fatores econômicos que de modo direto ou indireto provocam ocasionais reversões da contra-urbanização. Em muitos casos, expressivos segmentos da população voltam a se sentir atraídos pelo caráter majestoso, histórico e mundano das grandes cidades, engendrando fenômenos como a "gentrificação", ou seja, a revalorização de áreas antigas, decadentes, em suas porções mais centrais, ou ocupando espaços deixados vazios por desativação de antigas instalações industriais ou portuárias, como as sitas às margens do rio Tâmsa, em Londres.

É de salientar que, dado o enfoque genérico adotado no presente texto, várias das nuances ora expostas não são perceptíveis nos levantamentos dos diferentes países empreendida na listagem retro, inclusive por ter se trabalhado com intervalos de vinte anos.

Apesar do aumento no número de países com encabeçamento primaz, não são poucos os que permanecem com índices inferiores a essa categoria. Relembrando as possíveis causas para encabeçamento não primaz levantadas para a situação existente até 1970 (vide acima), tem-se que dos países alinhavados sob as rubricas d1 (países muito extensos), g (países com importantes cidades especializadas voltadas sobretudo ao mercado estrangeiro) e h (países industrializados com capital pouco fabril) nenhum evoluiu ao encabeçamento primaz. Nas demais rubricas, deixando de considerar os que foram subdivididos, a maioria dos países apontados permaneceu nas classes não primazes de encabeçamento, sendo que os países discordantes, que evoluíram ao encabeçamento primaz, serão objeto de comentários na abordagem regional a ser efetuada a seguir.

⁷ Modo anglo-saxônico alternativo de formular os anos, indo de julho a junho.

PECULIARIDADES EM ALGUNS DOS DIFERENTES BLOCOS MACRO-REGIONAIS

Serão abordadas aqui algumas situações peculiares que não foram objeto do enfoque genérico supra.

Na Europa, dela excluindo os países da porção oriental que foram subdivididos, é de destacar o aumento do número de países com encabeçamento primaz, contradizendo certo consenso difuso de ser fenômeno mais típico no Terceiro Mundo. Mesmo o Reino Unido, evoluiu a ela, apesar de ter figurado na listagem como país propenso a ficar de fora dessa categoria em função do elevado poder aquisitivo de sua população, turbinando o efetivo demográfico (fator d_2), o que poderia provocar o fortalecimento de metrópoles regionais. Mas é de notar a queda do índice de primazia em cinco países e oscilação nos valores em outros quatro, contra apenas dois de subida, parecendo indicar que a partir de determinado grau, depois de consagrada, a proeminência da maior cidade tende a se estabilizar ou mesmo regredir suavemente, o que leva à apreciação da questão da "contra-urbanização", acima abordada, sendo de notar que a maior parte dos estudos a respeito enfoca esse continente.

A África Subsaariana merece um enfoque mais extenso, dado o gigantesco impulso da urbanização na maioria de seus países. Os países com encabeçamento primaz em 1970 (ou ano próximo) eram 16 dos 34 levantados, passando a 20 em 1990 e a 25 em 2010. Além disso, em 9 dos 16 que já eram, o grau de primazia se acentuou. Observando-se as cifras referentes à população global dos diferentes países e a sua taxa de urbanização dá para perceber que a evolução demográfica e a urbanização, expressivamente crescentes, canalizaram-se essencialmente à maior cidade, geralmente a capital. Enfim, tudo indica que tenha havido forte êxodo rural, com essa urbe atraindo muito mais que as demais. Em dois países, República Democrática do Congo e Gabão, cujo anterior encabeçamento não primaz fora atribuído ao desenvolvimento de importantes polos em novas regiões econômicas (LANGENBUCH, 1981, p. 66-67), a evolução da capital ao nível de primaz superou a dessa cidades.

Em termos de dimensões urbanas, estão numa faixa superior os países mais populosos, em que a cidade primaz supera a cifra de um milhão de habitantes, culminando nos 8,7 milhões de habitantes em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo. Essas cidades, tão rapidamente tornadas grandes sofrem de numerosos problemas derivados de seu tamanho, alcançado através de crescimento rápido e atabalhoado, tais como dificuldades de circulação e favelização.

Numa faixa inferior temos os países menos populosos e pouco urbanizados, em que a subida da capital a uma proeminência maior (mas sem atingir porte tão elevado) fez com que cada um deles tivesse pelo menos uma cidade com tamanho suficiente para abrigar os contingentes humanos para possibilitar o exercício de funções culturais e econômicas de nível mais elevado. Um caso extremo, sob certos aspectos, é o da Maurîtânia. Como em boa parte da África Subsaariana, lá não havia cidades no período pré-colonial, mas, nesse caso, a situação continuava praticamente igual após a fixação do poder colonial francês. Até a independência, num arranjo incomum, a capital da Maurîtânia era Saint-Louis, na vizinha colônia do Senegal, também francesa, sendo Port-Étienne (atual Nouadhibou), junto à fronteira da colônia espanhola de Rio do Ouro (atual Saara Ocidental), com 500 habitantes por volta de 1930, apontado como o maior centro da colônia. (AUGÉ, 1932, V, p. 725) Quando da independência, em 1961, a capital foi estabelecida em Nouakchott, até então mero forte militar francês, mas que evoluiu aos 744 mil habitantes apurados em 2005, enquanto a segunda cidade, a já referida Nouadhibou, embora tornado importante porto de exportação de minérios e término marítimo da única ferrovia do país, contava com apenas 95 mil na ocasião.

Digno de atenção é o caso da Nigéria, país mais populoso da África e oitavo do planeta. Apesar de comportar a maior cidade da porção subsaariana do continente (Lagos, com pouco mais de 10 milhões de habitantes em 2009), não tem encabeçamento primaz a julgar pelos dados estatísticos mais aceitos, embora na ocasião estivesse quase chegando lá (índice de 209). Nesse país atuam importantes contrapesos à proeminência da maior cidade, já indicados, em parte, na listagem através das siglas em negrito: 1) o caráter multiétnico e a clivagem religiosa da população, o que segundo consenso assentado tende a atrair as pessoas a alguma cidade mais destacada na região habitada por seu grupo; 2) o regime federativo do país tenderia a ter efeito semelhante, embora governos ditatoriais, que o dominaram por longos períodos, possam ter anulado em boa parte a atração pelas respectivas capitais estaduais, já que o poder delas emanado quando isso ocorre é menor; 3) O grande efetivo demográfico (o oitavo maior do planeta) poderia provocar a atração do êxodo rural às grandes cidades, outras que a maior, Lagos, as quais já em 1971 superavam em tamanho as segundas e terceiras cidades da maioria dos outros países do continente; 4) Em 1991, a capital nacional foi transferida a Abuja, em posição bastante central no país, fato esse que em vários outros países, conforme já visto anteriormente, contrabalança ao menos em parte a atração e consequente aumento da urbanização da antiga capital. No entanto, o governo do estado de Lagos considerou os resultados do censo nacional de 2006 para a cidade (7,9 milhões) subavaliados e estimou a respectiva população em 15,5 milhões de habitantes (*Wikipedia, Lagos*, em inglês, visitado em 18.3.2014), com o que ela seria a maior do planeta (em termos estritos), superando a paquistanesa Karachi, e tornaria o sistema urbano da Nigéria como sendo de encabeçamento primaz.⁸

Uma exceção à regra em termos de evolução do encabeçamento urbano é representada por Gana, que após caminhar gradualmente a um sutil encabeçamento primaz (índice 214) refluí a um lognormal (índice 176). Isso se deve ao espantoso desenvolvimento da segunda maior cidade, Kumasi, que foi de 385 mil habitantes em 1988 a pouco mais de dois milhões de habitantes em 2010. Localizada no interior, com boa posição geográfica, caracterizada por estar no contato entre regiões naturais diferentes (floresta ao sul e savanas ao norte), ser terminal de duas ferrovias procedentes de portos marítimos diferentes e convergência das duas principais rodovias do país, igualmente procedentes do sul, que a partir daí divergem novamente em direção ao noroeste e nordeste do país. A cidade foi capital de um dos mais importantes reinos pré-coloniais da África, o de Ashanti, chegando a contar com uma população de 70 a 100 mil habitantes, segundo enciclopédia de fins do século XIX.⁹ (Em 1921, já na época colonial tinha apenas pouco mais de 23 mil – LANGENBUCH, 1981, p. 26). Ela continua a sediar um rei, que à semelhança de outros chefes tribais, mantém certos poderes, assegurados pela constituição de Gana, num curioso sistema de sincretismo político com o governo republicano. É possível que a pretérita glória tenha contribuído a atrair pessoas com afinidades étnicas ao antigo reino, embora, por outro lado, a estrutura fundiária urbana, calcada em tradição animista, assegurada pelo rei, dificulte de certa forma a fixação de forasteiros (KOOP, 1997).

O bloco macro-regional da Ásia, conforme delimitado na listagem (excluindo o Oriente Médio e os países ex-soviéticos) também se destaca pela grande evolução ao encabeçamento primaz de seus sistemas urbanos nacionais, passando os que o deti-

⁸ A maior parte das publicações estatísticas (*Britannica Book of the Year, Calendario Atlante de Agostini*, vários sites especializados da *internet*) consideram as cifras derivadas do censo nacional como válidas, nelas se apoiando para estimativas para anos seguintes.

⁹ Lexicon Vallardi – Enciclopedia Universale Illustrata, Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, Milano, sem indicação de data, verbete Ascianti, vol I, pp. 981-982 (obs.: A época da publicação é deduzida das informações contidas nos verbetes.)

nham de 45,5 por cento em 1970 a 72,7 em 2010 (ou anos próximos). Ao contrário da maior parte da África Subsaariana, trata-se de países de antiga urbanização, em que as cidades cresceram muito, apesar de a população rural continuar sobrepujando a urbana na maioria deles. Dos países em que o grande efetivo demográfico nacional foi apontado em nosso estudo anterior como freio a um encabeçamento primaz, por motivos já expostos, o Japão e a Indonésia, não obstante evoluíram a ele, alcançando suas capitais, Tóquio e Jacarta as significativas cifras superando, respectivamente, 13 e 9 milhões de habitantes em suas áreas metropolitanas. No caso do Japão, ainda havia sido apontado o elevado poder aquisitivo da população como potencializador do elevado contingente populacional, a favorecer em maior escala outras metrópoles do país, o que, no entanto, não impediu o avanço da proeminência de Tóquio. Se considerássemos o conjunto capitaneado pelas áreas metropolitanas de Tóquio e Yokohama como uma só aglomeração, fazendo o mesmo com as de Osaka e Kobe, que figurariam no segundo lugar (procedimento que não adotamos em nenhum caso dessa natureza), teríamos na ponta seus 36.507 mil habitantes, dando um índice de primazia de 229, pouco maior que o de 224 obtido com o cômputo das aglomerações metropolitanas de modo não agrupado. Saliente-se ainda o caso da Turquia, em que a transferência da capital a Ancara foi fator que após certo tempo ajudou a provocar a queda na proeminência da antiga capital, Istambul, porém não impediu que esta voltasse a capitanear um encabeçamento primaz.

No bloco África do Norte-Oriente Médio, também ocorreu notável aumento do número de países que têm sistemas urbanos com encabeçamento primaz, que foram de dois em 1970 a oito em 2010 (ou anos próximos), de um total de quatorze. O maior destaque cabe aos países do golfo Pérsico, que se desenvolveram através de sua exploração petrolífera, caso do Kuwait, e do desenvolvimento de funções de administração econômica de âmbito internacional, com ápice em Dubai.

A cidade de Kuwait, capital do país homônimo cresceu de modo acentuado, englobando urbes vizinhas, quase subúrbios seus, e através de acentuada imigração estrangeira chegou, em 2012 aos 3,7 milhões de habitantes em sua aglomeração metropolitana. Não havendo quase outras cidades dignas desse nome no país e com taxa de urbanização de 98,3 por cento (em 2005), Kuwait, em que pese sua extensão territorial, com grande parte do espaço, desértico, ocupado pela extração de petróleo, se afigura de certa forma como cidade-estado.

Dubai tornou-se célebre por sua pujança e iniciativas urbanísticas, arquitetônicas e empresariais arrojadas, colecionando títulos de "maior do mundo" com relação a uma porção de fatos. Sua vantajosa posição geográfica em escala planetária, entre Ocidente e Ásia de Sul e Leste, aliada a acentuadas facilidades fiscais e uma situação política estável (ausente em muitos países da região), favoreceu a atração de empreendimentos de atuação universal. Dubai, em 1968, com seus 57 mil habitantes, já superava os 22 mil de Abu Dhabi, cidade situada junto à região de exploração petrolífera, tornada capital federal dos Emirados Árabes Unidos em 1971, com a independência do país. Mas a diferença iria se acentuar, passando da citada proporção a 2.989 e 897 mil habitantes, respectivamente, em 2008, com a mancha urbana de Dubai estendendo-se sobre as capitais dos contíguos emirados de Sharjah e Ajman.

Cairo merece uma referência, não apenas por ser a maior aglomeração urbana do continente africano, com seus mais de 12 milhões de habitantes, mas por ter evoluído ao enbeçoamento primaz do Egito, aumentando a diferença relativa que a separava da importante cidade portuária de Alexandria.

PALAVRAS FINAIS

Pelo que foi visto, prevalece a tendência da evolução dos sistemas urbanos ao encabeçamento primaz, com a maior cidade de tamanho muito proeminente, aumentando gradualmente o número de países que o apresentam. Enfim, o que Jefferson já observara em 1939 foi se acentuando. A regra-ordem-tamanho, de Zipf, que pode ter funcionado com relação a outros fatos, não é eficaz na explicação do ordenamento dimensional das cidades nos países. É verdade que se nota certa propensão ao abrandamento da proeminência da maior cidade quando ela atinge um nível muito elevado, sem, no entanto, sair do padrão de encabeçamento primaz. Com o grande crescimento da população mundial e a acentuação das taxas de urbanização, as cidades primazes em muitos países assumem uma dimensão tal que criam uma série de inconvenientes e dificuldades para o exercício das funções urbanas e queda na qualidade de vida dos moradores. Iniciativas governamentais visando uma transferência de atividades e moradores a cidades menores do país, próximas ou mais distantes, embora meritórias, têm tido resultados muito modestos. Iniciativas individuais de mudança para fora, motivadas por desapego ao grande movimento ou atração por lugares menores, no caso de moradores, ou por custos menores de imóveis e mão de obra, no caso de atividades econômicas, também não reduzem de modo muito significativo a grande concentração na maior cidade. Diante disso, cabe aos urbanistas e administradores públicos procurar, além de louváveis iniciativas propugnando por uma desconcentração, criar mecanismos e técnicas que possibilitem melhor qualidade de vida nas cidades primazes, mesmo que de dimensão muito avantajada. É claro que tais melhorias, uma vez empreendidas, provocarão novo incremento da atratividade pela grande cidade, neutralizando eventuais esforços de descentralização, criando-se um ciclo vicioso de difícil ruptura. Conforme foi visto, mesmo a transferência da capital, medida bastante dispendiosa e tomada mais por outras motivações, nem sempre contribui para mitigar a proeminência da maior cidade.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, P. (Diretor) – **Larousse du XXe. Siècle**, tome cinquième, Paris: Maison Larousse, 1932.
- BERRY, B. J. L.; HORTON, F. E. – **Geographic Perspectives on Urban Systems**, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1970
- _____. - Migration reversals in perspective: the long-wave evidence. **International Regional Science Review** n. 3, p. 245-251, 1988.
- BOIX, R.; VENER, P. – **Metropolitan areas in Spain and Italy**, Barcelona: Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona, 2009.
- BURNLEY, I. H. – Population turnaround and the peopling of the countryside? Migration from Sydney to country districts of New South Wales. **Australian Geographer**, n. 2, p. 268-283, 1988
- CHAMPION, A. G. (Org.) – **Counterurbanization – the changing pace and nature of population deconcentration**, London: Edward Arnold, 1989.
- _____. - Population change and migration in Britain since 1981: evidence of continuing deconcentration. **Environment and Planning A**, p. 1501-1520, 1994.

- COURT, Y. – Denmark: towards a more deconcentrated settlement system, In: CHAMPION, A. G. (Org.) – **Counterurbanization** – the changing pace and nature of population deconcentration, London: Edward Arnold, 1989. Cap. 7, p. 121-140, 1989.
- FREY, W. H. – United States: counterurbanization and metropolitan depopulation. In: CHAMPION, A. G. (Org.) – **Counterurbanization** – the changing pace and nature of population deconcentration, London: Edward Arnold, 1989. Cap. 3, p. 34-61, 1989.
- HAGGETT, P. – **Geography: a modern synthesis**, New York: Harper & Row, 1972.
- JEFFERSON, M. – The law of the primate city. **The Geographical Review**, v. 29, p. 226-232, 1939
- JOHNSTON, R. J. – **City and society – an outline for Urban Geography**, Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1980.
- KOOP, K. – Einfluss des staatlichen Bodenmanagements auf die Stadtrandentwicklung in Kumasi, Ghana. **Die Erde** n.128, p. 293-309, 1997.
- LANGENBUCH, J. R. – O encabeçamento das armaduras urbanas nacionais: uma revisão. **Geografia**, Rio Claro, v. 6, n. 11-12, p. 1-104, 1981.
- _____. - O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. **Geografia**, Rio Claro, v. 24, n. 1, p. 27-84, 1999.
- ROCHFORT, M. – Le rôle des villes dans la régionalisation: la politique des métropoles d'équilibre. In: ENCONTRO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1. **Anais...** São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1975.
- ROSS, G.; COHEN, S. S. – The politics of French regional planning. In: FRIEDMANN, J. ; ALONSO, W. (Org.) – **Regional Policy – Readings in theory and application**, Cambridge, Massachusetts: MIT, p. 727-750, 1975.
- VINING, D. R. Jr.; PALLONE, R. – Migration between core and peripheral regions: a description and tentative explanation of the pattern in 22 countries. **Geoforum**, n. 4, p. 339-410, 1982.
- ZIPF, G. K. – **National unity and disunity, the nation as a bio-social organism**, Bloomington: Principia Press, 1941.

Recebido em maio de 2014

Aceito em maio de 2015

